

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO

**A MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO BENEFICIÁRIO
DO AUXÍLIO-ACIDENTE E SEUS REFLEXOS NA CONCESSÃO DA
PENSÃO POR MORTE**

BARBARA MARIA COSTA SILVA BARCELLOS

RIO DE JANEIRO

2017/2

BARBARA MARIA COSTA SILVA BARCELLOS

**A MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO BENEFICIÁRIO
DO AUXÍLIO-ACIDENTE E SEUS REFLEXOS NA CONCESSÃO DA
PENSÃO POR MORTE**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do Professor Dr. Fábio de Souza Silva.

RIO DE JANEIRO

2017/2

BARBARA MARIA COSTA SILVA BARCELLOS

**A MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO BENEFICIÁRIO
DO AUXÍLIO-ACIDENTE E SEUS REFLEXOS NA CONCESSÃO DA
PENSÃO POR MORTE**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do Professor Dr. Fábio de Souza.

Data da Aprovação: ____ / ____ / ____.

Banca Examinadora:

Orientador

Co-orientador (Opcional)

Membro da Banca

Membro da Banca

RIO DE JANEIRO

2017/2

"Toda pessoa tem direito à previdência social, de modo a ficar protegida contra as consequências do desemprego, da velhice e da incapacidade que, provenientes de qualquer causa alheia à sua vontade, a impossibilitem física ou mentalmente de obter meios de subsistência." Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, Bogotá, 1948, art. VXI.

AGRADECIMENTO

À Deus, por ser essencial em minha vida, meu guia nas horas de angústias.

À minha heroína, minha mãe, pela determinação e luta na minha formação e na do meu irmão, fortalecendo os ensinamentos dos meus avós maternos.

Ao meu orientador, Fábio Souza, pelo seu ofício digno e admirável, onde inspira e faz a diferença na vida dos seus alunos. Incentivando a nos aprimorar cada dia mais para que possamos ter base para escolhermos o nosso próprio caminho.

Ao Wilson, meu namorado, por compartilhar esse momento único comigo, lendo cautelosamente e criticamente o presente trabalho, de forma a produzir discussões produtivas. Obrigada pela sua capacidade de me trazer tranquilidade nos momentos de aflições de cada semestre.

Ao Dr. Erick Paroli, por ser o melhor líder que um profissional possa ter. Mestre que me apoiou em cada etapa da pesquisa e transmitiu os seus conhecimentos, de maneira a permitir novas reflexões em meus conceitos. Obrigada pela presteza, paciência e discussões teóricas que contribuíram para elaboração da pesquisa.

Aos meus amigos da FND, pelo convívio constante e compreensão da minha personalidade intensa.

À minha melhor amiga, Kelly, minha confidente.

RESUMO

O presente estudo investiga a manutenção da qualidade de segurado, prevista no art. 15, inciso I da Lei nº. 8.213/91, do beneficiário de auxílio-acidente que há longo tempo não contribui para a Previdência Social. Além de buscar elucidar a lacuna deixada pelo legislador na redação do retromencionado artigo, uma vez que confere margem para variadas interpretações. A pesquisa examina a interpretação adotada pelos Tribunais e propõe uma compreensão razoável do texto normativo, de modo a demonstrar que os benefícios abrangidos no dispositivo do período de graça se referem tão somente àqueles com caráter substitutivos de renda.

Por isso, o propósito deste estudo é expor que o beneficiário do auxílio-acidente, extrapolado o prazo do período de graça com a consequente perda da qualidade de segurado, ainda que conserve seu benefício indenizatório, não institui outro benefício. Logo, conclui-se que, aquele indivíduo em gozo de auxílio-acidente, que há muito tempo não retornou a verter contribuições à Previdência Social, não poderá pleitear novos benefícios previdenciários e, quiçá, instituir pensão por morte para seus beneficiários. Isto porque o *de cujus* não cumpriria o primeiro requisito para a concessão da pensão, qual seja: qualidade de segurado.

Destaca-se que o beneficiário do auxílio-acidente, mesmo após findado o período de graça, continua a auferi-lo. Entretanto, não é viável que a simples percepção do benefício indenizatório conceda a manutenção da qualidade de segurado por tempo indeterminado. Além disso, iria autorizar que, após anos em gozo de auxílio-acidente, o beneficiário instituisse pensão por morte, caso viesse a falecer.

Palavras-chave: Previdência Social. Regime Geral da Previdência Social. Auxílio-Acidente. Pensão por Morte. Qualidade de Segurado. Período de Graça. Princípios da Previdência Social. Manutenção da Qualidade de Segurado. Benefícios. Lei de Benefícios.

ABSTRACT

The present study investigates the maintenance of the insured status, foreseen in art. 15, item I of Law nº. 8.213/91, of the beneficiary of accident aid that has not contributed to Social Security for a long time. In addition to seeking to elucidate the gap left by the legislature in the wording of the article referred to since it gives scope for various interpretations. The research examines the interpretation adopted by the Courts and proposes a reasonable understanding of the normative text, in order to demonstrate that the benefits covered in the device of the grace period refer only with a substitutive character of income.

Therefore, the purpose of this study is to show that the beneficiary of the accident aid, extrapolated the grace period with the consequent loss of the insured status, even though it retains its indemnifying benefit, does not establish another benefit. Therefore, it is concluded that a person in receipt of accident assistance, who has not returned to pay social security contributions for a long time, will not be able to claim new social security benefits and, perhaps, to establish a death pension for its beneficiaries. This is because the *de cuius* would not fulfill the first requirement for the granting of the pension, namely: quality of insured.

It should be noted that the beneficiary of the accident aid, even after the grace period has expired continues to receive it. However, it is not feasible that the simple perception of the indemnifying benefit allows the maintenance of the insured status indefinitely. It would also authorize the beneficiary, after years in receipt of accident aid, to establish a death pension if he were to die.

Keywords: Social Security. General Social Security System. Accident Assistance. Death Pension. Insured Quality. Grace Period. Social Security Principles. Maintenance of the Quality of the Insured. Benefits. Benefit Law.

Abreviações e Símbolos

§	Parágrafo
%	<i>per centagem</i>
Ac	Apelação Cível
Art.	Artigo
CAP	Caixas de Aposentadoria e Pensões
CF	Constituição Federal
<i>DOU</i>	Diário Oficial da União
IAP	Instituto de Aposentadoria e Pensão
IN	Instrução Normativa
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LBPS	Lei de Benefícios da Previdência Social
LC	Lei Complementar
LCPS	Lei de Custeio da Previdência Social
Min.	Ministro
nº.	Número
p.	Página
PS	Previdência Social
RE	Recurso Extraordinário
REsp	Recurso Especial
RGPS	Regime Geral da Previdência Social
RMI	Renda Mensal Inicial
RPPS	Regime Próprio da Previdência Social
RPS	Regulamento da Previdência Social
S	Seção
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TNU	Turma Nacional de Uniformização
<i>v.g</i>	<i>Verbi gratia</i>

SUMÁRIO

Introdução	9
1. Do Auxílio-Acidente	13
1.1. Das Características Gerais	13
1.2. Da Concessão	18
1.3. Da Cessação	22
1.4. Do Recebimento pelo Desempregado	25
2. Da Manutenção da Qualidade de Segurado	27
2.1. Da Qualidade de Segurado	27
2.2. Do Período de Graça	30
2.3. Da perda da qualidade de segurado	34
2.4. Do Auxílio-Acidente Fora do Período de Graça	34
3. Da Concessão de Pensão por Morte em Decorência de Óbito de Beneficiário de Auxílio-Acidente Fora do Período de Graça	35
3.1. Das Características Gerais da Pensão por Morte	35
3.2. Na Interpretação Literal do Art. 15, Inciso I, da Lei nº 8.213/91	39
3.3. Da Interpretação “Lógica” do Art. 15, Inciso I, da Lei nº 8.213/91	47
Conclusão	54
Referência Bibliográfica	59

INTRODUÇÃO

Muito se discute acerca do tema da Previdência Social e o suposto déficit previdenciário. Não raro o assunto é debatido de forma apaixonada e sem muita racionalidade. Em que pesem as divergências intelectuais e até ideológicas, os problemas são flagrantemente constatados e anunciados de maneira recorrente.

Ao que parece, há uma consonância entre os estudiosos na necessidade da reforma previdenciária, visto que se trata de uma legislação mutante e que carece de alterações frequentes a fim de traduzir a sociedade da época.

É inegável que, para equalizar a contabilidade e atingir um equilíbrio financeiro, se faz indispensável um número de contribuintes superior ao número de aposentados e pensionistas com o propósito de haver uma compensação no regime de repartição.

Sem embargos, fato é que há uma queda na taxa de natalidade e um crescimento na expectativa de vida, evidenciando, inexoravelmente, um problema de desequilíbrio financeiro e atuarial, que só tende a agravar com o passar dos anos.

“Atrasando-se o reajuste do salário mínimo, com inflação elevada, consegue-se que a massa de contribuição cresça mais rapidamente do que a massa de benefícios”.¹

Para a doutrina dominante, o marco inicial da Previdência Social, no Brasil, foi a Lei Eloy Chaves, Decreto Legislativo nº. 4.682, publicada em 24 de janeiro de 1923. A referida norma instituiu as primeiras Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAP's) destinadas aos trabalhadores ferroviários.² Possuía o objetivo de “criar em cada uma das empresas de estrada de ferro existentes no País uma Caixa de Aposentadoria e Pensões para os respectivos empregados.”³ Assim, visava o pagamento dos benefícios de aposentadoria por invalidez,

¹ Faro de, Clovis. Castro de, Hélio Portocarrero. **Previdência Social no Brasil: Diagnósticos e Sugestões de Reforma**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1993.

² MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da Seguridade Social**. 17ª ed. São Paulo: Atlas, 2002, pp. 32-33.

³ Serra e Gurgel, JB, FUNPREV Fundação ANASPS, 2007, **Evolução da Previdência Social**, p. 37.

aposentadoria ordinária⁴, pensão por morte e assistência médica.

Dessa forma, comemora-se o aniversário da Previdência Social na data de 24 de janeiro, em referência à Lei Eloy Chaves, visto como pai da previdência.

A Previdência Social é subdividida, inicialmente, em duas categorias básicas de filiação obrigatória, quais sejam: Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e Regimes Próprios da Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos e militares. É significativo ressaltar que, embora não seja objeto da presente pesquisa, mas a título de conhecimento, existe também o Regime de Previdência Complementar, cujo ingresso é facultativo e organizado de forma independente do RGPS.

No que concerne ao Regime Geral da Previdência Social, disposto no art. 201 da Constituição Federal de 1988, tem natureza contributiva e sua filiação é obrigatória, respeitando o equilíbrio financeiro e atuarial. No entanto, essa categoria tem caráter residual, haja vista que abarca todos os trabalhadores que não têm regime próprio.

Outro aspecto significativo é que esse tipo de regime tem suas políticas definidas pelo Ministério de Previdência Social, à medida em que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é o órgão competente para executá-las.

Dentre os segurados que integram o RGPS estão os empregados, os empregados domésticos, os contribuintes individuais, os trabalhadores avulsos e, por fim, o segurado especial. Para esses segurados, a Lei do Plano da Previdência Social prevê algumas espécies de benefícios previdenciários, a saber: i) auxílio-doença, ii) auxílio-acidente, iii) aposentadoria por invalidez, iv) aposentadoria por tempo de contribuição, v) aposentadoria por idade, vi) aposentadoria especial, vii) salário-maternidade e viii) salário família. Além de assegurar aos dependentes do trabalhador vinculado o amparo de pensão por morte e de auxílio-reclusão, desde que atendidos os requisitos previstos em lei.

⁴ Assemelha-se a aposentadoria por tempo de serviço.

Apesar disso, é importante esclarecer que o caráter contributivo do RGPS não significa dizer que em algum momento o segurado levantará a soma que contribuiu ao longo da vida, pelo motivo de não se tratar de uma conta bancária. Até porque a Previdência Social, conforme prevê a Constituição Federal, é regida pelo Princípio basilar da Solidariedade, ou seja, é a responsabilidade do indivíduo pelo coletivo.

Em outras palavras, a regra é que para ter acesso ao benefício é necessário satisfazer o tributo, em contrapartida a condição inversa não ocorre, isto é, não basta cumprir a obrigação de pagar para usufruir da proteção; o que se tem é uma expectativa de direito.

Convém, entretanto, esclarecer que a solidariedade não advém de um espírito humanitário ou humanístico, em conformidade com o autor Júlio Cesar Garcia Ribeiro:

“O Princípio da Solidariedade social significa a contribuição pecuniária de uns em favor de outros beneficiários, no espaço e no tempo, conforme a capacidade contributiva dos diferentes níveis da clientela de protegidos, de oferecerem e a necessidade de receberem.

Pensar previdência é ter presente, como pressuposto fundamental ou viga mestra, a solidariedade forçada, a reunião de esforços; no plano econômico indica a poupança coletiva ou transferência de recursos da massa ativa aos desempregados, inativos e a seus dependentes (...) constitui na cooperação mútua, manifestação associativa da solidariedade humana, tendo como motor de propulsão a insegurança do futuro diante das contingências ou da idade, capaz de solapar a natureza individualista do homem.”⁵

Assim, em nome da segurança orçamental dos beneficiários de aposentadorias e pensões e daqueles que irão gozar desses mesmos auxílios, o governo federal, a malgrado de parte da população, adotou medidas drásticas para conter os gastos da previdência, dificultando ao máximo o acesso aos benefícios previdenciários.

Outros, porém, argumentam que o “ governo federal difunde essa falácia há anos, para sustentar o seu discurso *ad terrorem* de que a previdência social é deficitária e economicamente insustentável, com o único propósito de lograr o apoio político necessário

⁵ RIBEIRO, Julio Cesar Garcia. **A Previdência Social do Regime Geral na Constituição Brasileira: A Reforma Implementada pela Emenda nº20/98 e os novos rumos.** por Julio Cesar Garcia Ribeiro. São Paulo: LTr, 2001.

para mutilar os direitos dos aposentados e pensionistas.”⁶

Em decorrência da metamorfose legislativa, o benefício de pensão por morte, em especial, teve significativas mudanças, eis que pela Lei nº. 8.213/91 apresentava pouquíssimas exigências para a sua concessão, manutenção e extinção. Sendo este provento vitalício para os dependentes marido/esposa ou companheiro/companheira do *de cujus*, bem como não havendo uma previsão temporal mínima de duração do casamento ou união estável para sua concessão antes do óbito do instituidor.

O ponto a ser abordado é no que se refere ao benefício de auxílio-acidente, que devido a sua natureza indenizatória, autoriza sua percepção conjuntamente com a remuneração do segurado, o que gera divergência doutrinária no que diz respeito à manutenção da qualidade de segurado, prevista no art. 15, inciso I, da Lei nº. 8.213/91, quando este não recebe nenhuma remuneração por não estar exercendo atividade laborativa há muito tempo.

Dado o acima introduzido, necessário se faz a discussão acerca da possibilidade de concessão de pensão em decorrência da morte de beneficiário de auxílio-acidente que há muito não contribui para o plano da previdência social. O que vai de encontro ao princípio basilar da solidariedade e contribui para um déficit da Previdência Social, à medida que os dependentes desse beneficiário, que esgotou o período de graça e por um longo tempo não contribuiu para o coletivo, vierem a requerer pensão por morte.

A respeito da concessão de pensão por morte decorrente de beneficiários de auxílio-acidente, fora do período de graça, vem se consolidando interpretações majoritárias com base em uma supressão de entendimento interpretativo no dito inciso I, artigo 15 da Lei de Benefícios, no qual prover-se-á o debate deste trabalho.

⁶ Velloso, Andrei Pitten. **O Falacioso Déficit da Previdência Social**. Disponível em: <<http://apafisp.org.br/2010/11/703-artigo-o-falacioso-deficit-da-previdencia-social-por-andrei-veloso-juiz-feder-al/>>. Acesso em 10 de setembro de 2017.

1. DO AUXÍLIO-ACIDENTE

1.1. DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS

O auxílio-acidente é o benefício previdenciário exclusivamente indenizatório, isto é, não tem por finalidade substituir a remuneração do empregado. É devido após a constatação da lesão consolidada decorrente do acidente de qualquer natureza - não somente de acidente de trabalho -, resultar em sequelas parciais, permanentes e irreversíveis, de modo a ensejar a redução da capacidade laborativa no exercício do ofício habitual, sem caracterizar a invalidez permanente para todo e qualquer trabalho. Via de regra, não se faz imprescindível o prévio requerimento administrativo, pois compete ao INSS, na ocasião da alta do auxílio-doença, averiguar, de ofício, se há sequelas consolidadas que impliquem na redução da capacidade laborativa, de acordo com o art. 86, § 2º, da Lei de Benefícios.

Art. 86. O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem sequelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.

§ 2º O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, vedada sua acumulação com qualquer aposentadoria.

De igual modo a jurisprudência se posiciona, veja-se:

BRASIL. PREVIDENCIÁRIO E PROCESSO CIVIL. **AUXÍLIO-ACIDENTE PRECEDIDO DE AUXÍLIO-DOENÇA. INTERESSE DE AGIR. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE.** 1. Nos casos de concessão de auxílio-acidente em que o segurado já gozava de auxílio-doença (cessado sem a devida conversão em auxílio-acidente) é dispensado prévio requerimento administrativo, não havendo que se falar em falta de interesse de agir, pois configurada a pretensão resistida. 2. Sentença anulada, para o regular processamento da ação.⁷

BRASIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INSS. **AUXÍLIO-ACIDENTE. PRÉVIO PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE.** É pacífica a desnecessidade de esgotamento da via administrativa para que a parte postule judicialmente, ante os postulados constitucionais do acesso à informação (art. 5º, inc. XIV, da CF) e do livre acesso à justiça (art. 5º, inc. XXXV, da CF). AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO, POR MAIORIA. (Agravado de Instrumento Nº 70060482460, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Iris Helena

⁷ TRF-4 - AC: 50152642220124047107 RS 5015264-22.2012.404.7107, Relator: NÉFI CORDEIRO, Data de Julgamento: 11/09/2013, SEXTA TURMA, Data de Publicação: D.E. 12/09/2013.

Medeiros Nogueira, Julgado em 10/09/2014).⁸

BRASIL. PREVIDENCIÁRIO. **AUXÍLIO-ACIDENTE**. DECRETADA A CARÊNCIA DA AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. **ANULADA A SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU**. Não é necessária a prévia exaustão da via administrativa, como determina a decisão monocrática, por contrariar o entendimento jurisprudencial expresso na Súmula nº 213, do extinto TRE, aqui reiteradamente acolhida. Recurso provido parcialmente, para tornar nula a sentença recorrida e determinar o retorno dos autos à Comarca de origem, para normal prosseguimento do feito. Impossibilidade de apreciação do mérito da causa em segunda instância, sem que a matéria tenha sido objeto de decisão na sentença recorrida. Provida parcialmente a apelação do autor.⁹

BRASIL. PREVIDENCIÁRIO E PROCESSO CIVIL. **AUXÍLIO-ACIDENTE PRECEDIDO DE AUXÍLIO-DOENÇA**. INTERESSE DE AGIR. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. **DESNECESSIDADE**. 1. Nos casos de concessão de auxílio-acidente em que o segurado já gozava de auxílio-doença (cessado sem a devida conversão em auxílio-acidente) é dispensado prévio requerimento administrativo, não havendo que se falar em falta de interesse de agir, pois configurada a pretensão resistida. 2. Sentença anulada, para o regular processamento da ação.¹⁰

BRASIL. PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO ACIDENTÁRIA. **AUXÍLIO-ACIDENTE PRECEDIDO DE AUXÍLIO-DOENÇA** TERMO INICIAL. A redução da capacidade do segurado para as atividades profissionais que habitualmente exercia, mesmo em grau mínimo, determina a percepção de benefício de auxílio-acidente. Nexo etiológico tipificado. Inteligência do art. 86 da Lei nº 8.213/1991. O termo inicial ao pagamento do auxílio-acidente precedido do auxílio-doença é o dia seguinte à cessação deste. Inteligência do § 2º do art. 86 da LBPS. Honorários advocatícios. Devedora a fazenda. Aplicação do disposto na súmula 111 do STJ. DERAM PROVIMENTO EM PARTE À APELAÇÃO E CONFIRMARAM A SENTENÇA EM REEXAME NECESSÁRIO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70059861401, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 17/07/2014).¹¹

Nessa perspectiva, o benefício de auxílio-acidente somente passou a ser devido ao segurado vítima de acidente de qualquer natureza a partir da Lei nº. 9.032/1995.

“Na redação original da Lei de Benefícios, o auxílio-acidente era devido apenas quando o segurado sofresse *acidente de trabalho*, o qual acarretasse uma redução da capacidade laborativa, ou exigisse maior esforço para o exercício da mesma atividade desempenhada na época do acidente, ou ainda, lhe impedisse o seu desempenho.”¹²

⁸ TJ-RS - AI: 70060482460 RS, Relator: Iris Helena Medeiros Nogueira, Data de Julgamento: 10/09/2014, Nona Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 17/09/2014.

⁹ TRF-3 - AC: 90.03.37437-6 SP 0021658-59.1988.4.03.6183, Relator: Pedro Rotta, Data de Julgamento: 15/10/1992, PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: D.O. J, 07/12/1992, p. 124.

¹⁰ TRF-4 - AC: 50139288020124047107 RS 5013928-80.2012.404.7107, Relator: NÉFI CORDEIRO, Data de Julgamento: 11/09/2013, SEXTA TURMA, Data de Publicação: D.E. 12/09/2013.

¹¹ TJ-RS - AC: 70059861401 RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Data de Julgamento: 17/07/2014, Décima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 07/08/2014.

¹² ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. **Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social**: Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991. 14. ed. rev., atual. e ampl. - São Paulo, Atlas, 2016. p.498.

“Em compensação, a redação original do art. 86 da Lei nº. 8.213/91 previa o cabimento de tal benefício a acidentes sofridos por presidiários que exercessem atividade remunerada, o que deixou de ser previsto com a redação dada pela Lei nº. 9.032/95.”¹³

Entende-se como acidente de qualquer natureza não só aquele decursivo do trabalho, mas também o acidente comum. Isto é, aquele desastre que não ocorreu dentro do local do labor habitual do trabalhador e nem foi acarretado pelo exercício da atividade remunerada.

A título de exemplo, o trabalhador, ao tomar banho, leva um tombo no banheiro de sua residência, fratura o antebraço, gerando limitação nos movimentos dos membros superiores; terá direito ao benefício de auxílio-acidente. Ou, um artesão que sofreu acidente doméstico com serra elétrica, vindo a amputar a metade da falange distal do polegar da mão esquerda, o que não acarreta redução da capacidade laborativa do trabalhador, em que pesa a lesão ser irreversível e consolidada.

O acidente de trabalho poderá ser típico ou equiparado. O acidente típico é aquele que ocorre no exercício do labor habitual. Um funcionário responsável por deslocar uma carga de um lugar para o outro, ao realizar a tarefa tropeça e cai no chão, caracteriza acidente de trabalho típico. Ou, um bancário que desenvolve lesão por esforço repetitivo devido à natureza do seu trabalho banco. São eventos que dá em decorrência do trabalho remunerado ou no local onde exerce sua atividade profissional.

Quanto ao acidente equiparado é o empregado que ao descer as escadas do seu trabalho, escorrega e vem a cair e fratura a patela. Embora o desastre não tenha acontecido no exercício do labor, nem em decorrência do trabalho que funcionário desenvolve, será equiparado ao acidente de trabalho, pois ocorreu dentro das dependências do empregador.

Apesar da Constituição Federal de 1988 não estabelecer distinção entre os segurados da Previdência Social no que diz respeito ao auxílio-acidente, os segurados contribuintes individuais e os segurados facultativos, de acordo com a interpretação dominante, não fazem jus ao benefício de auxílio-acidente, art. 19 da Lei de Benefícios, ao argumento de que a Lei

¹³ CASTRO, Carlos Alberto de. **Manual de direito Previdenciário**. por Carlos Alberto Pereira de Castro, João Batista Lazzari. 19. ed. rev., e ampl. - Rio de Janeiro: Forense, 2016.p. 810.

nº. 8.213/91 não prevê essa hipótese. Entretanto, para os autores Carlos Alberto Pereira de Castro e João Batista Lazzari, a ausência legislativa “não impede a concessão do auxílio-acidente ao contribuinte individual, pois a contribuição que financia esse benefício não é de responsabilidade dos segurados.”¹⁴

De forma oposta a compreensão dos doutrinadores supramencionados, os Tribunais têm se firmando.

BRASIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ACIDENTÁRIA. INSS. **AUXÍLIO-ACIDENTE. TRABALHADOR AUTÔNOMO. AUSÊNCIA DE CONDIÇÃO DA AÇÃO. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO.** Hipótese dos autos em que o obreiro adquiriu doença ocupacional (PAIRO) durante o interregno de tempo em que laborava na condição de trabalhador autônomo. A Lei de Benefício dispõem que somente os segurados obrigatórios da Previdência Social fazem jus à percepção do benefício de auxílio-acidente. Dessa forma, o contribuinte individual, que exerce a atividade profissional autônoma, não faz jus a concessão do benefício de auxílio-acidente, pois a sua atividade está disciplinada no art. 11, inciso V, da Lei nº 8.213/1991. Apelação prejudicada.¹⁵

BRASIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ACIDENTÁRIA. **AUXÍLIO-ACIDENTE. TRABALHADOR AUTÔNOMO. AUSÊNCIA DE CONDIÇÃO DA AÇÃO. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO.** Hipótese dos autos em que o obreiro sofreu um acidente no exercício da sua atividade de trabalhador autônomo. A Lei de Benefício dispõem que somente os segurados obrigatórios da Previdência Social fazem jus à percepção do benefício de auxílio-acidente. Dessa forma, o contribuinte individual, que exerce a atividade profissional de calceteiro, não faz jus a concessão do benefício de auxílio-acidente, pois a sua atividade está disciplinada no art. 11, inciso V, da Lei nº 8.213/1991. APELO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70075080713, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Tasso Caubi Soares Delabary, Julgado em 11/10/2017).¹⁶

BRASIL. PREVIDENCIÁRIO. ESTABILIDADE ACIDENTÁRIA. **DOMÉSTICO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL.** Nos termos da Lei n. 8.213/1991, o empregador doméstico não é empresa (artigo 14, incisos I e II) e o empregado doméstico não tem direito ao auxílio-acidente (artigo 18, § 1º), portanto, este não faz jus à estabilidade acidentária prevista no artigo 118 da referida lei. Recurso desprovido.¹⁷

¹⁴ CASTRO, Carlos Alberto de. **Manual de direito Previdenciário**. por Carlos Alberto Pereira de Castro, João Batista Lazzari. 19. ed. rev., e ampl. - Rio de Janeiro: Forense, 2016.p. 810.

¹⁵ TJ-RS - AC: 70056020886 RS, Relator: Tasso Caubi Soares Delabary, Data de Julgamento: 25/09/2013, Nona Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 07/10/2013.

¹⁶ TJ-RS - AC: 70075080713 RS, Relator: Tasso Caubi Soares Delabary, Data de Julgamento: 11/10/2017, Nona Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 23/10/2017.

¹⁷ TRT-24 00009929720105240007, Relator: ANDRÉ LUÍS MORAES DE OLIVEIRA, 1ª TURMA, Data de Publicação: 31/03/2011.

BRASIL. PREVIDÊNCIA SOCIAL. **EMPREGADA DOMÉSTICA. AUXÍLIO-ACIDENTE. DIREITO INEXISTENTE.** PROVIMENTO DO APELO. 1. POR FORÇA DE EXPRESSAS DISPOSIÇÕES LEGAIS, A EMPREGADA DOMÉSTICA, EMBORA FILIADA À PREVIDÊNCIA SOCIAL, NÃO TEM DIREITO AO AUXÍLIO-ACIDENTE. 2. APELO PROVIDO. UNÂNIME.¹⁸

No que se refere à inadequada segregação, o empregado doméstico não fazia jus ao amparo de auxílio-acidente. Contudo, a Lei Complementar nº. 150/2015 possibilitou o empregado doméstico, o trabalhador avulso e o segurado especial, a se beneficiar ao auxílio-acidente.

BRASIL. APELAÇÃO CÍVEL. INSS. **AUXÍLIO-ACIDENTE. ACIDENTE DOMÉSTICO.** INEXISTENTE O NEXO DE CAUSALIDADE COM ACIDENTE DE TRABALHO. 1. Tratando-se de ação em que a parte autora alega a ocorrência de acidente de trabalho junto à inicial da ação, a competência para processamento e julgamento da lide é da Justiça Estadual. 2. Não demonstrada a presença de nexo de causalidade entre a moléstia apresentada pela parte demandante e a atividade laboral desenvolvida, inviável o acolhimento do pedido de concessão de qualquer benefício acidentário. PRELIMINAR AFASTADA. NEGADO SEGUIMENTO AO APELO. (Apelação Cível Nº 70065190373, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Iris Helena Medeiros Nogueira, Julgado em 06/07/2015).¹⁹

BRASIL. SUMÁRIO. AÇÃO ACIDENTÁRIA. **CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE A EMPREGADO DOMÉSTICO.** CASEIRO. AMPUTAÇÃO DE DOIS DEDOS DA MÃO ESQUERDA. INFORTÚNIO OCORRIDO NO CURSO DA JORNADA DE TRABALHO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÕES. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO AINDA NÃO APLICÁVEL AOS TRABALHADORES DOMÉSTICOS. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 72/2013, QUE CONFERIU NOVA REDAÇÃO AO BRASIL. PARÁGRAFO ÚNICO, DO ART. 7º, DA CRFB. DIREITO SOCIAL AO SEGURO CONTRA ACIDENTES DE TRABALHO QUE, QUANTO AOS OBREIROS DOMÉSTICOS, ESTÁ CONDICIONADO À LEGISLAÇÃO REGULAMENTADORA, AINDA NÃO EDITADA. IMPOSSIBILIDADE DE ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO COMO LEGISLADOR POSITIVO. INTENÇÃO EXPRESSA DO LEGISLADOR CONSTITUCIONAL DERIVADO DE IMPOR PRÉVIA REGULAMENTAÇÃO LEGAL, OBSERVANDO-SE A SIMPLIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS, PRINCIPAIS E ACESSÓRIAS, A CARGO DO MICROEMPREGADOR DOMÉSTICO. REFORMA DA SENTENÇA, NO SENTIDO DA IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO PRIMEIRO RECURSO (INSS), PREJUDICADO O SEGUNDO (VALBER), COM FULCRO NO ART. 557, § 1º-A, E CAPUT, DO CPC, RESPECTIVAMENTE.²⁰

BRASIL. RECURSO DE REVISTA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E

¹⁸ TJ-DF - APC: 20040110157609 DF, Relator: ESTEVAM MAIA, Data de Julgamento: 26/11/2008, 4ª Turma Cível, Data de Publicação: DJU 15/12/2008 Pág. 79.

¹⁹ TJ-RS - AC: 70065190373 RS, Relator: Iris Helena Medeiros Nogueira, Data de Julgamento: 06/07/2015, Nona Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 13/07/2015.

²⁰ TJ-RJ - REEX: 00259034520088190004 RJ 0025903-45.2008.8.19.0004, Relator: DES. MAURO DICKSTEIN, Data de Julgamento: 29/10/2014, Décima Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: 30/10/2014.

MATERIAIS. FALTA DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. **EMPREGADO DOMÉSTICO. REQUERIMENTO DO AUXÍLIO-ACIDENTE.** AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. A tese do julgado é no sentido de que é indevida a indenização, tendo em vista que não ficou provado o alegado dano moral ou material, na medida em que, a despeito da ausência de recolhimento das contribuições previdenciárias, este fato não foi o motivo para o indeferimento do benefício previdenciário, uma vez que, por se tratar de empregada doméstica, não faz jus ao auxílio-acidente. Ressaltou que, de todo modo, posteriormente, a autora recebeu o benefício previdenciário, como ela própria confessou. Diante desse contexto probatório, os arestos colacionados se revelam inespecíficos, nos termos das Súmulas 23 e 296 do c. TST. Recurso de revista não conhecido.²¹

1.2. DA CONCESSÃO

Para que o segurado goze da proteção acidentária, em específico o auxílio-acidente, se faz necessário o preenchimento dos seguintes requisitos: i) qualidade de segurado, ii) lesão proveniente de acidente de qualquer natureza, iii) redução parcial e definitiva da capacidade laborativa, iv) o nexo causal entre o acidente e a redução da capacidade.

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **AUXÍLIO-ACIDENTE.** ACIDENTE DE TRABALHO. AMPUTAÇÃO DOS 3o., 4o. E 5o. QUIRODÁCTILOS DA MÃO DIREITA. **INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE** RECONHECIDA PELO JUÍZO SENTENCIANTE. REVALORAÇÃO DE PROVAS. RESTABELECIMENTO DA SENTENÇA QUE CONFERIRA O AUXÍLIO-ACIDENTE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Para que seja concedido o auxílio-acidente, necessário que o segurado empregado tenha redução na sua capacidade laborativa em decorrência de acidente de qualquer natureza. 2. In casu, observa-se que a Sentença merece ser restaurada, pois, com lastro em prova pericial e informações constantes na CTPS - além de outras provas constantes nos autos - averiguou restarem demonstrados os requisitos legais necessários para a concessão do benefício ora pleiteado. 3. Agravo Regimental desprovido. (STJ - AgRg no AREsp: 254015 SC 2012/0236151-0, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 06/11/2014, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/11/2014).

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUXÍLIO-DOENÇA. **FUNGIBILIDADE DAS AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. IMPLEMENTAÇÃO DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DO AUXÍLIO-ACIDENTE.** PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. I - Embora a autora tenha pleiteado a manutenção do auxílio-doença ou a sua conversão em aposentadoria por invalidez, incide a fungibilidade das ações previdenciárias, que decorre do fato de que não se exige do segurado que tenha conhecimento da extensão da sua incapacidade, devendo ser concedido o benefício adequado, desde que da mesma natureza que pleiteado (no caso, benefício decorrente de invalidez). II - Dispõe o artigo 86, da Lei nº 8.213/1991 que: "O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de

²¹ TST - RR: 12022520115090010, Relator: Aloysio Corrêa da Veiga, Data de Julgamento: 04/06/2014, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 06/06/2014.

acidente de qualquer natureza, resultarem seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia". III - De acordo com o perito médico, a autora "pode realizar e trabalhar na sua profissão declarada, mas com algumas limitações, como levantar pesos e movimentos repetitivos. É possível readaptá-la a serviços na sua profissão [sic] com tais limitações, como atividades sentadas, secretaria, farmácia. Há várias outras atividades como auxiliar de enfermagem além de" carregar pacientes, dar banhos de leito, etc... ". Paciente jovem com bom nível educacional (superior)." (fl. 350). IV - A parte autora faz jus ao benefício de auxílio-acidente, uma vez implementados os requisitos legais exigidos. V - Agravo a que se nega provimento.²²

Primeira Câmara Cível Apelação Cível n.º 024080230204 Apelante: Geraldo Magela Ferreira Sobral Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS Relator: Des. Subst. Fernando Estevam Bravin Ruy EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO. **REQUISITOS PARA CONCESSÃO DO AUXÍLIO ACIDENTE. NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A LESÃO E A ATIVIDADE LABORATIVA** ARTS. 19 E 20 DA LEI Nº 8.213/91 - **CONSOLIDAÇÃO DA LESÃO** - REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA PARCIAL E PERMANENTE . AUXÍLIO-ACIDENTE. ART. 86 DA LEI Nº 8.213/91. NECESSIDADE DE REABILITAÇÃO. CONHECIDA E MANTIDA A SENTENÇA. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. A respeito do auxílio-acidente, exige o artigo 86 da Lei nº 8.213/91, o preenchimento de alguns requisitos para a concessão dos benefícios, quais sejam: (1) moléstia de cunho profissional; (2) que tenha como resultado incapacidade laborativa ou sequelas que acarretam a redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, respectivamente; (3) e nexo causal entre a lesão gerada e a atividade exercida. 2. Uma vez concluído que a doença guarda nexo causal com o trabalho, deve-se perquirir se, após a consolidação das lesões, resultaram sequelas que implicaram na redução da capacidade para o labor habitualmente exercido, nos moldes do art. 86 da Lei nº 8.213/1991, com redação dada pela Lei nº 9.528/1997. 3. O segurado em gozo de auxílio doença insusceptível de recuperação para a sua atividade habitual, deverá submeter-se ao processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade. 4. Comprovados todos os requisitos para concessão do benefício acidentário, deve ser mantida a sentença que determinou o pagamento do auxílio-acidente a partir da cessação do pagamento daquele, bem como a reabilitação profissional. 5. Recurso conhecido e desprovido VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que são partes as acima indicadas. ACORDA a Egrégia Primeira Câmara Cível, na conformidade da ata e notas taquigráficas que integram este julgado, à unanimidade, conhecer do recurso de apelação cível, para, no mérito, desprovê-lo, nos termos do voto do Relator. 		Vitória, 03 de abril de 2012. DES. PRESIDENTE DES. RELATOR PROCURADOR DE JUSTIÇA (TJES, Classe: Remessa Ex-offício, 24080230204, Relator: WILLIAM COUTO GONÇALVES - Relator Substituto : FERNANDO ESTEVAM BRAVIN RUY, Órgão julgador: PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL , Data de Julgamento: 03/04/2012, Data da Publicação no Diário: 24/04/2012).²³

Enfatiza-se que o requisito da redução da capacidade laborativa é em função do trabalho exercido à época do acidente que originou a sequela consolidada e irreversível. Não é necessário que a lesão promova incapacidade para todo e qualquer labor, pois seria o caso de

²² TRF-3 - AC: 3273 SP 0003273-60.2008.4.03.6119, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL WALTER DO AMARAL, Data de Julgamento: 19/03/2013, DÉCIMA TURMA.

²³ TJ-ES - Remessa Ex-offício: 24080230204 ES 24080230204, Relator: WILLIAM COUTO GONÇALVES, Data de Julgamento: 03/04/2012, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/04/2012.

aposentadoria invalidez.

Todavia, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento, *data vênua*, desacertado, de que a reversão da patologia não é suficiente para afastar o direito à concessão do auxílio-acidente, desde que apresente o nexo causal entre o acidente e a redução da capacidade laborativa.

Nesse caso, é primordial haver a interpretação literal do art. 86 da Lei de Benefício, no sentido de que a lesão deve estar consolidada, e em se tratando de perícia por profissional qualificado que indique a reversão do dano sofrido, não há que se falar em concessão de auxílio-acidente, pois não existe consolidação da sequela. O que não se verifica nos julgados colacionados.

BRASIL. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA A DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. **AUXÍLIO-ACIDENTE. REQUISITOS: COMPROVAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE E DA REDUÇÃO PARCIAL DA CAPACIDADE DO SEGURADO PARA O TRABALHO. DESNECESSIDADE DE QUE A MOLÉSTIA INCAPACITANTE SEJA IRREVERSÍVEL.** NÃO INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. PARECER MINISTERIAL PELO PROVIMENTO DO RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. Nos termos do art. 86 da Lei 8.213/91, para que seja concedido o auxílio-acidente, necessário que o segurado empregado, exceto o doméstico, o trabalhador avulso e o segurado especial (art. 18, § 10, da Lei 8.213/91), tenha redução permanente da sua capacidade laborativa em decorrência de acidente de qualquer natureza. 2. Por sua vez, o art. 20, I da Lei 8.213/91 considera como acidente do trabalho a doença profissional, proveniente do exercício do trabalho peculiar à determinada atividade, enquadrando-se, nesse caso, as lesões decorrentes de esforços repetitivos. 3. Da leitura dos citados dispositivos legais que regem o benefício acidentário, constata-se que não há nenhuma ressalva quanto à necessidade de que a moléstia incapacitante seja irreversível para que o segurado faça jus ao auxílio-acidente. 4. Dessa forma, será devido o auxílio-acidente quando demonstrado o nexo de causalidade entre a redução de natureza permanente da capacidade laborativa e a atividade profissional desenvolvida, sendo irrelevante a possibilidade de reversibilidade da doença. Precedentes do STJ. 5. Estando devidamente comprovado na presente hipótese o nexo de causalidade entre a redução parcial da capacidade para o trabalho e o exercício de suas funções laborais habituais, não é cabível afastar a concessão do auxílio-acidente somente pela possibilidade de desaparecimento dos sintomas da patologia que acomete o segurado, em virtude de tratamento ambulatorial ou cirúrgico. 6. Essa constatação não traduz, de forma alguma, reexame do material fático, mas sim valoração do conjunto probatório produzido nos autos, o que afasta a incidência do enunciado da Súmula 7 desta Corte. 7. Recurso Especial provido.²⁴

²⁴ STJ, REsp: 1112886 SP 2009/0055367-6, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 25/11/2009, S3 - TERCEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 12/02/2010.

BRASIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. **AUXÍLIO-ACIDENTE. REVERSIBILIDADE DA MOLÉSTIA.** FATOR IMPEDITIVO. NÃO-OCORRÊNCIA. NEXO CAUSAL PRESENTE. AUSÊNCIA DE REEXAME DE PROVAS. PRECEDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO. 1. "Será devido o auxílio-acidente quando demonstrado o nexo de causalidade entre a redução de natureza permanente da capacidade laborativa e a atividade profissional desenvolvida, sendo irrelevante a possibilidade de reversibilidade da doença. Precedentes do STJ" (REsp 1.112.886/SP, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, julgado em 25/11/09, acórdão pendente de publicação). 2. Conclusões nesse sentido não se qualificam como reexame de provas, mas, sim, como valoração. 3. Agravo regimental improvido.²⁵

PREVIDENCIÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. ACIDENTE DE TRABALHO. **REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORAL. REQUISITOS: COMPROVAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE E DA REDUÇÃO PARCIAL DA CAPACIDADE DO SEGURADO PARA O TRABALHO QUE HABITUALMENTE EXERCIA. DESNECESSIDADE DE QUE A MOLÉSTIA INCAPACITANTE SEJA IRREVERSÍVEL. CONCESSÃO DO AUXÍLIO. ACIDENTE.** SENTENÇA MANTIDA. APELO QUE SE CONHECE PARA LHE NEGAR PROVIMENTO. DECISÃO UNÂNIME. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp.1.112.886/SP, representativo de controvérsia, pacificou o entendimento de que será devido o auxílio-acidente quando demonstrado o nexo de causalidade entre a redução da capacidade laborativa e a atividade profissional desenvolvida pelo segurado, como no caso, sendo irrelevante a possibilidade de reversibilidade da doença. No caso dos autos, as provas coligidas aos autos indicam que o autor teve sua capacidade laborativa diminuída em razão de um infortúnio laboral. Desta forma, presente o nexo de causalidade é mister a concessão do benefício.²⁶

De igual modo, o Desembargador Celso Limongi decidiu que o auxílio-acidente será devido ao segurado que cumprir as seguintes condições: i) existência da lesão, ii) redução da capacidade para o trabalho habitualmente exercido, decorrente dessa lesão, iii) nexo de causalidade entre o acidente e o trabalho desenvolvido pelo segurado. Além disso, também relatou em seu voto que seria descabida a investigação da extensão do dano quanto ao grau do prejuízo laboral para conceder o benefício previdenciário, em virtude da lei não fazer referência quanto ao grau da lesão.²⁷

²⁵ STJ, AgRg no REsp: 798913 SP 2005/0192900-1, Relator: Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, Data de Julgamento: 15/12/2009, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 01/02/2010.

²⁶ TJ-SE - AC: 2012203763 SE, Relator: DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO, Data de Julgamento: 04/06/2012, 2ª.CÂMARA CÍVEL.

²⁷ STJ, REsp nº. 1.109.591 - SC (2008/0282429-9). Autuado em 27/01/2009. Relator: Ministro Celso Limongi (Desembargador Convocado do TJ/SP). Recorrente: Claudir Antônio Kroth. Recorrido: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Data do Julgamento: 25/08/2010. Data de publicação no DJe: 08/09/2010.

Interessante notar que no que refere ao cálculo do benefício em questão, o fator previdenciário não é levado em conta. O auxílio-acidente será percebido sobre 50%²⁸ (cinquenta por cento) do salário-de-benefício²⁹, sendo devido até, quase sempre, a véspera da aposentadoria ou até a data do óbito do segurado, resultando na sua extinção.

Na redação primária, o auxílio-acidente era vitalício, mantendo-se, cumulativamente, com a aposentadoria. A alíquota diversificava entre 30% (trinta por cento), 40% (quarenta por cento) e 60% (sessenta por cento) do salário-de-benefício vigente na data do sinistro, variando de acordo com a gravidade da sequela.

Ressalta-se que, conforme o disposto no art. 86, § 1º, da Lei de Plano de Benefício, o não há qualquer alusão a um valor mínimo legal para a concessão do benefício de auxílio-acidente. Portanto, é possível que seja concedido o auxílio-acidente na cifra menor que um salário mínimo, pois a indenização previdenciária não tem caráter remuneratório substitutivo de renda do segurado. Não obstante, o Supremo Tribunal Federal tenha afirmado o oposto³⁰.

1.3. DA CESSAÇÃO

O benefício de auxílio-acidente é previsto nos arts. 86 e 104 da Lei nº. 8.213/91 e no RPS, aprovado pelo Decreto nº. 3.048/99, respectivamente. A razão da existência da benesse é que o legislador entendeu ser devido uma indenização ao trabalhador vítima de acidente de qualquer natureza que implique na redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, pois tomou por fundamento o prejuízo econômico que esse segurado teria.

A limitação deste benefício fica por conta da Lei nº. 8.213/91 em seu art. 18, § 1º, malgrado o art. 86 fazer menção genérica ao privilégio indenizatório. Anteriormente, o

²⁸ O benefício teve seu percentual fixado consolidado em 50% (cinquenta por cento) pela Lei nº. 9.032/95, deixando de ser vitalício com a publicação da Lei nº. 9.528/97.

²⁹ O princípio a ser adotado na computação desse benefício é a média aritmética simples em cima de 80% (oitenta por cento) dos maiores salários de contribuição, a partir de 1994. Sua RMI é na porcentagem de 50% (cinquenta por cento) do salário-de-benefício que originou ao auxílio-doença, corrigido até o mês anterior ao do início do auxílio-doença.

³⁰ STF, RE 597.022-RJ, Relatora Ministra Cármen Lúcia, julgado em 27/10/2009

auxílio-acidente era vitalício, sendo devido mesmo que o segurado praticasse outra atividade remuneratória, ainda que a redução da capacidade não impactasse de forma negativa na nova atividade laborativa.

Atualmente, o auxílio-acidente não possui mais esse contorno perpétuo, como também não é mais permitida a sua acumulação com qualquer aposentadoria, consoante o art. 86, § 2º, da Lei de Benefícios.

“O auxílio-acidente será suspenso quando da concessão ou da reabertura do auxílio-doença, em razão do mesmo acidente ou de doença que lhe tenha dado origem. O auxílio-acidente suspenso será restabelecido após a cessação do auxílio-doença concedido ou reaberto. O auxílio-acidente suspenso será cessado, se concedida aposentadoria.”³¹

O que se conclui uma sensatez do legislador, pois o amparo é a forma de indenizar a redução de capacidade laborativa decorrente da lesão sofrida, a qual supostamente implicaria na redução remuneratória do trabalhador. Não é coerente que o benefício de auxílio-acidente continue sendo pago para aquele que foi reabilitado profissionalmente ou que venha a realizar atividade remunerada distinta daquela que exercia à época do acidente, de modo que sua incapacidade não influencie negativamente.

Exempli gratia, o profissional de tecnologia da informação que por algum acidente “experimentou redução de sua capacidade laborativa em virtude de amputação de parte de um dedo, sem comprometimento do seu retorno ao mercado de trabalho. Poderia esse trabalhador computar como carência e como tempo de contribuição o período em que recebera o auxílio-acidente?”³² Ou, então, se esse mesmo trabalhador for reabilitado profissionalmente, de maneira que sua redução da capacidade não tenha reflexo negativo, ainda assim faria jus ao recebimento do auxílio-acidente?

³¹ NORBIM, Luciano Dalvi. **A Nova Previdência Social Comentada**: explicada e destacada. 1ª ed. Campo Grande: Contemplar, 2016. p. 503.

³²FONSECA, David Melquiades da. **Auxílio-acidente: Carência, Tempo de Contribuição e Perda da Qualidade de Segurado**. Instituto de Estudos Previdenciários, Belo Horizonte, ano 9, n. 336, 7 fev. 2015. Disponível em: <http://qualidade.ieprev.com.br/conteudo/id/37076/t/a-percepcao-do-auxilio-acidente-e-seus-efeitos-na-carencia-no-tempo-de-contribuicao-e-na-manutencao-da-qualidade-de-segurado-do-beneficiario>>. Acesso em 01 de outubro de 2017.

A conclusão somente pode ser no sentido negativo, pois em consonância com o autor Dr. David Melquiades da Fonseca, “como não há recolhimento de contribuições mensais durante o período de gozo de auxílio-acidente, não há que se falar em cômputo de carência.”³³

“APOSENTADORIA POR IDADE. IMPOSSIBILIDADE DE CONSIDERAR AUXÍLIO-ACIDENTE PARA EFEITO DE CARÊNCIA. O período em que o segurado recebe auxílio-acidente não é considerado para efeito de carência, a não ser que haja recolhimento de contribuições, uma vez que o benefício não substitui o trabalho como fonte de sustento, mas somente compensa o trabalhador pela redução da capacidade para o exercício de sua ocupação habitual. LBPS, art. 86. (1ª Turma Recursal/PR. Relª LUCIANE MERLIN CLÈVE KRAVETZ. Data do Julgamento: 06/08/2009.”³⁴

Sem embargo, o benefício em tela apresenta rol taxativo para sua cessação: i) morte do segurado beneficiário, ii) concessão da aposentadoria do beneficiário do auxílio-acidente, iii) quando averbar tempo de contribuição em regime diverso do RGPS.

Na eventualidade de novo acidente que enseje o recebimento de outro auxílio-acidente, serão cotejadas as rendas mensais dos dois benefícios e mantido o benefício de maior valor.

Interessante salientar que o benefício de auxílio-acidente passou a integrar o salário de contribuição para fins de cálculo do salário de benefício de qualquer aposentadoria, art. 31, da LBPS.

“(…) a matéria encontrava-se pacificada na jurisprudência, no sentido de que o valor percebido a título de auxílio-acidente não se incorporava ao salário de contribuição, para fins de cálculo do salário de benefício da aposentadoria. Esta nova regra justifica-se porque o auxílio-acidente agora, se extingue com a concessão da aposentadoria. Poder-se-ia dizer, quanto a este aspecto, que a nova lei institui espécie de não cumulatividade de benefícios antes não conhecida (...)”³⁵

³³ Idem.

³⁴ Idem.

³⁵ CASTRO, Carlos Alberto Pereira de. **Manual de Direito Previdenciário**. por Carlos Alberto Pereira de Castro, João Batista Iazzari. 19. ed. rev., atual. e ampl. - Rio de Janeiro:Forense, 2016. p. 816.

1.4. DO RECEBIMENTO PELO DESEMPREGADO

O auxílio-acidente tem natureza indenizatória, como já visto alhures, diferente do auxílio-doença, que por sua vez tem caráter remuneratório, isto é, objetiva remunerar o segurado que encontra-se incapaz de exercer a atividade laboral habitual.

Há algum tempo o INSS indeferia ou cessava o benefício de auxílio-acidente aos segurados desempregados ao pretexto de que o afastamento do mercado de trabalho constituía óbice à concessão do benefício, pois esses contribuintes não se enquadravam no art. 18 da Lei de Benefícios.

Assim, afirma a autora Alessandra Strazzi em seu artigo:

“O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) não se esgota na Lei 8.213/91 e nem no INSS. A situação de desemprego involuntário, que também é uma das modalidades dos denominados riscos sociais, prevista nos arts. 7º, II, e 201, II, CF/88, é objeto de legislação específica. Mas não existe motivo nenhum, muito menos exceção legal, para que o recebimento de seguro-desemprego não seja classificado no inciso I do artigo 15 mencionado.”³⁶

No entanto, também não há previsão legal para a suspensão ou cessação do benefício ao segurado que esteja desempregado. Sendo assim, o INSS de forma alguma tem autoridade para fazer cessar o amparo indenizatório daquele que estiver fora do mercado de trabalho.

Nesse viés, Carlos Alberto Pereira de Castro e João Batista Lazzari concluem:

“O auxílio-acidente não cessa pela percepção de salários, muito menos pela condição de desemprego do beneficiário. O texto legal prevê cessação somente em caso de morte ou aposentadoria, não cabendo ao INSS estabelecer outras causas de cessação do benefício, como antes era previsto, de forma ilegal, pelo § 7º do art. 104 do Decreto nº. 3.048/99, finalmente modificado em 2008 para suprimir tal regra.”³⁷

³⁶ Strazzi, Alessandra. Manutenção da Qualidade de Segurado e Período de Graça. Disponível em: <<http://alessandrastrazzi.adv.br/direito-previdenciario/qualidade-de-segurado-periodo-de-graca/>>. Acesso em 01 de novembro de 2017.

³⁷ Idem.

Nesse desiderato, a doutrina dominante entende que o simples fato do segurado estar em fruição do período de graça não impede, por si só, o recebimento do benefício de auxílio-acidente. Nessa linha, a 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região julgou:

“BRASIL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-ACIDENTE. SEGURADO DESEMPREGADO. PERÍODO DE GRAÇA. 1. Tendo o infortúnio ocorrido dentro do período de graça estabelecido no art. 15, inciso II da Lei n.º 8.213/1991, a situação de desemprego do segurado não constitui óbice à concessão de auxílio-acidente. 2. Sentença de procedência mantida.”³⁸

Nesse sentido, deve compreender que o beneficiário em gozo de auxílio-doença perde a qualidade de segurado após o prazo estabelecido no art. 15 da Lei de Benefícios. Esse prazo se chama período de graça e pode ter duração de 12 (doze) meses, 24 (vinte e quatro meses) ou 36 (trinta e seis) meses, ou seja, o segurado terá seu *status* conservado nos lapsos temporais mencionados, ainda que não contribua para o sistema protetivo. O estudo sobre esse período será abordado no item 2.2.

A questão conflitante é se o segurado afastado do mercado de trabalho poderia pleitear outro benefício previdenciário após o término do período de graça. Imagine que um segurado desempregado, após o limite máximo de manutenção da qualidade de segurado, 36 (trinta e seis) meses, requeira o benefício de auxílio-doença previdenciário, em razão de ter machucado o joelho jogando futebol. Seria possível que esse indivíduo reivindicasse outro benefício somente porque encontrava-se em gozo de auxílio-acidente? Poderia, então, ser contemplado a usufruir de dois benefícios distintos, mesmo depois de há tanto tempo não contribuir para o sistema de repartição? Ou, ainda, poderia computar como tempo de contribuição esse período em que recebeu auxílio-doença?³⁹

³⁸ TRF-4, RECURSO CÍVEL: 50016220620124047002 PR 5001622-06.2012.404.7002, Relator: MARCELO MALUCELLI, Data de Julgamento: 03/09/2014, PRIMEIRA TURMA RECURSAL DO PR.

³⁹ O art. 60, inciso III do Decreto n.º 3.048/91 dispõe que são contados como tempo de contribuição o período em que o segurado recebeu o auxílio-doença, desde que entre períodos de atividades remuneradas. Dessa forma, no exemplo citado, o segurado que teve o auxílio-doença concedido após o 37º mês de desemprego, apenas porque gozava de auxílio-acidente e pela interpretação literal do art. 15, inciso I, da Lei n.º 8.213/91, manteve a qualidade de segurado, poderia pagar uma parcela de contribuição previdenciária na qualidade de segurado facultativo somente para computar o tempo que ficou usufruindo do auxílio-doença para aposentadoria.

As situações demonstradas não são razoáveis, em virtude do beneficiário do auxílio-acidente já ter perdido a qualidade de segurado para pleitear outros benefícios da Previdência Social. É inegável que o recebimento do auxílio-acidente não é prejudicado com a situação de desemprego do favorecido, porém o usufruidor desse benefício somente poderia postular serviços da Previdência Social, quais sejam: serviço social e reabilitação profissional, conforme o art. 18 da Lei nº. 8.213/91.

Art. 18. O Regime Geral de Previdência Social compreende as seguintes prestações, devidas inclusive em razão de eventos decorrentes de acidente do trabalho, expressas em benefícios e serviços:⁴⁰

(...)

III - quanto ao segurado e dependente:

(...)

b) serviço social;

c) reabilitação profissional.

2. DA MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO

2.1. DA QUALIDADE DE SEGURADO

De início, se faz importante distinguir seguridade social e previdência social. A primeira encontra substrato constitucional nos arts. 194 e seguintes da Constituição Federal de 1988. Ao passo que a segunda, previdência social, tem respaldo nos arts. 201 e 202 da Carta Magna.

A seguridade social é o “conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.”⁴¹

A seguridade social envolve prestações e um atuar positivo do Estado. Numa visão macro, a seguridade é uma política pública com finalidades específicas. Assim, conclui-se que

⁴⁰ BRASIL, Lei nº. 8.213/91 de 24 de julho de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em 17 de abril de 2016.

⁴¹ TORRES, Fabio Camacho Dell’Amore. **Seguridade Social: Conceito Constitucional e Aspectos Gerais**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 98, mar 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11212>. Acesso em 17 de abril de 2016.

é o sistema de proteção social pelo qual se deseja alcançar as diretrizes constitucionais fixadas no art. 3º da CF/88. Já a Previdência social é uma das ramificações da seguridade social. Está preocupada tão somente quanto aos seus segurados e, de forma reflexa, com os dependentes destes, diante das contingências do dia-a-dia.

A contribuição dos segurados que exercem atividade remunerada é obrigatória, em virtude da natureza do seguro social que a Previdência Social possui. É por conta da essência desse sistema contributivo que os segurados são compelidos a pagar uma parte da contribuição previdenciária. Essa contrapartida do segurado tem por finalidade proteger o trabalhador e seus dependentes das vicissitudes do cotidiano. É um direito-dever do segurado.

A filiação é obrigatória para que o indivíduo na sua velhice ou acometido por alguma vicissitude da vida não venha a sobrecarregar o coletivo.

A qualidade de segurado é atribuída a quem tem direito à cobertura previdenciária. Segurado ou qualidade de segurado são expressões utilizadas para se referir a quem é filiado à Previdência Social. São segurados obrigatórios aqueles descritos no art. 11 da Lei nº. 8.213/91 e no art. 12 da Lei nº. 8.212/91, além dos arts. 9º e 11 do Decreto nº. 3.048/99.

A filiação é o vínculo jurídico que se estabelece entre a Previdência Social e as pessoas que vertem contribuições a ela, segundo o art. 3º da IN 77 e o art. 20 do Decreto 3.048/99, do qual sucedem direitos e obrigações.

“A filiação obrigatória é corolário do direito social previsto no art. 6.º da Lex Magna. O direito à previdência, diz a doutrina, inclui-se no rol dos denominados direitos humanos de segunda dimensão ou geração, isto é, direitos humanos concernentes à igualdade. É o Estado quem se obrigou a tal prestação, visando atender, em termos prioritários, ao princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil. Em igual patamar deverá o Estado garantir o direito ao mínimo existencial. De qualquer sorte, a filiação ao Regime Geral de Previdência Social é direito constitucionalmente assegurado, considerado por boa parte de doutrina como direito fundamental.”⁴²

⁴² VICENTE PAULA SANTOS. **Filiação Obrigatória à Previdência Social**. Disponível em: <http://www.anoregpr.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3145:filiacao-obrigatoria-a-previdencia-social&catid=45:noticias>. Acesso em 27 de setembro de 2017.

A filiação do segurado obrigatório não depende da sua própria vontade. Ao praticar uma função ou atividade laborativa, lícita e remunerada, configura-se o fato gerador para ostentar a qualidade de segurado, que independe da inscrição ou recolhimento de contribuições. Visto que a natureza jurídica dessa contribuição é tributária e o regime, contributivo. Como preconiza o art. 20, §1º, do Decreto nº. 3.048/99.

“A partir do momento em que o indivíduo filia-se ao regime geral de previdência (RGPS), seja como segurado obrigatório, seja como facultativo, e segue vertendo as suas contribuições, adquire ele a qualidade de segurado, que é requisito essencial para que goze dos benefícios e prestações postas à disposição do trabalhador segurado.”⁴³

O art. 15, inciso I, da Lei nº. 8.213/1991 afirma que mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuição, sem limite de prazo, aquele em gozo de benefício.

“(...) em princípio, o segurado mantém a qualidade de segurado enquanto estiver desenvolvendo atividade obrigatoriamente vinculada ao RGPS.”⁴⁴

Entretanto, é notório que o legislador provocou uma lacuna interpretativa acerca da expressão benefício. Uma vez que deveria ser concludente que a benesse em questão se refere ao amparo substitutivo de renda e não ao suporte de qualquer natureza, como auxílio-acidente ou salário-família, por exemplo.

Isto posto, se o operador do direito interpretasse de forma literal o art. 15, inciso I, da Lei de Plano de Benefícios, permitiria uma janela para que o beneficiário do auxílio-acidente utilizasse os proventos deste benefício para complementar uma renda informal e paralelamente conservar a manutenção da qualidade do segurado.

Como visto, para manter a qualidade de segurado, é preciso estar vertendo contribuições previdenciárias. Contudo, o legislador elencou algumas hipóteses em que o contribuinte goza da proteção absoluta da Previdência Social, ainda que não esteja praticando o fator gerador.

⁴³ LEONARDO AGUIAR. **Livro de Direito Previdenciário**. Disponível em: <https://livrodireitoprevidenciario.com/filiacao_rgps/>. Acesso em 21 de setembro de 2017.

⁴⁴ DUARTE, Marina Vasques. **Direito previdenciário**. 4. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2005. p. 54.

2.2. DO PERÍODO DE GRAÇA

Comumente, a Previdência Social concede benefícios previdenciários a quem detém a qualidade de segurado ou aos seus dependentes. Denomina-se período de graça o intervalo de tempo em que a pessoa é considerada como segurada, mesmo que não esteja vertendo mais contribuições previdenciária.

A título de exemplo, o segurado que seja demitido, encerrando o exercício laboral, deveria, automaticamente, perder sua filiação ao RGPS. No entanto, em virtude da natureza do sistema protetivo e pelo fato de que o segurado, muitas das vezes, está sem emprego por razão alheia às suas vontades, não seria justo deixá-lo desamparado nesse momento delicado.

Por isso, o legislador previu o período de graça, no qual consiste na manutenção da qualidade de segurado, ainda que não esteja desenvolvendo atividade remuneratória e mesmo que não haja recolhimento das contribuições mensais.

Na manutenção da qualidade de segurado dentro do período de graça, o beneficiário tem o direito de pleitear todo e qualquer benefício da Previdência Social, assim como o serviço social⁴⁵ e/ou reabilitação profissional⁴⁶. Nesse quesito não há qualquer distinção entre o segurado que verte contribuições e aquele que está no período de graça.

Para o autor Miguel Horvath Júnior, o período de graça é uma “exceção temporária e material da regra geral de que se mantém a qualidade de segurado com o pagamento de contribuições.”⁴⁷ Ainda, “o instituto da manutenção da qualidade de segurado trata do período em que o indivíduo continua filiado ao Regime Geral da Previdência Social - RGPS, por estar no chamado período de graça.”⁴⁸

⁴⁵ É destinado para todos os segurados, eis que eles têm direito à assistência e orientação durante todo o processo que recebe um benefício.

⁴⁶ Pessoas com deficiência ou que ficaram incapacitadas em decorrência do labor habitual têm direito a cursos, treinamentos e orientações para retornar ao mercado de trabalho ou direcionamento para novas funções laborais. Ao final da reabilitação profissional, é emitido um certificado pelo INSS comprovando a capacidade de trabalho do segurado.

⁴⁷ HORVATH JÚNIOR, Miguel. **Direito Previdenciário**. 7. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2008. p. 178.

⁴⁸ CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. **Manual de direito previdenciário**. 5. ed. São Paulo: LTr, 2004. p. 178. *apud* A Perda da Qualidade de Segurado e Seus Efeitos no Regime Geral de Previdência Social. ADIR JOSÉ DA SILVA JÚNIOR. OSCAR VALENTE CARDOSO. p. 3. Disponível em

O período de graça é previsto no art. 15 da Lei dos Benefícios e no art. 97, parágrafo único, do Decreto nº. 3.048, nos quais são destacados os prazos para usufruir-lo. Os prazos deste período são variáveis, admitindo prorrogação em situações *sui generis*.

“Todo e qualquer cidadão em “período de graça” que fizer sua filiação ao RGPS como contribuinte “facultativo” e, depois disso, deixar de contribuir nessa condição poderá optar pelo prazo de manutenção da qualidade de segurado da condição anterior caso aquela seja mais vantajosa.”⁴⁹

O inciso II do art. 15 da Lei nº. 8.213/91 assegura ao cidadão, após a cessação de benefício ou no caso do pagamento da última contribuição, 12 (doze) meses de manutenção da qualidade de segurado, caso não logre êxito ao regressar ao mercado de trabalho imediatamente, hipótese em que não se falará em período de graça, pois estaria auferindo renda para sua manutenção e de seus dependentes.

Esse prazo de 12 (doze) meses poderá ser prorrogado por mais 12 (doze) meses, caso o segurado conte com mais de 120 (cento e vinte) contribuições, sem interrupção que implique na perda da qualidade de segurado. Nessa hipótese, o segurado teria o total de 24 (vinte e quatro) meses de período de graça.

Além disso, o prazo poderá ser prolongado em mais 12 (doze) meses para o segurado desempregado, desde que comprove tal condição por meio de registro no órgão próprio do Ministério do Trabalho e Emprego. Implicando em um período de graça total de 36 (trinta e seis) meses se ele tiver. Contudo, quanto ao registro, entende de forma diversa a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, de sorte a lançar a Súmula 27.

“A ausência de registro em órgão do Ministério do Trabalho não impede a comprovação do desemprego por outros meios admitidos em Direito.”⁵⁰

<<http://www.bdr.sintese.com/AnexosPDF/RSP%2054%20-%20assunto%20especial%20-%20doutrina.pdf>>.

Acesso em 25 de outubro de 2017.

⁴⁹ BRASIL. Previdência Social. Período de Graça. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/servicos-ao-cidadao/informacoes-gerais/qualidade-de-segurado/>>. Acesso em 12 de outubro de 2017.

⁵⁰ BRASIL. TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. Súmula nº. 27. Data do Julgamento: 07/06/2005. Data da Publicação no DJ:22/06/2005, PG: 00620. Disponível em: <<http://www.jf.jus.br/phpdoc/virtus/sumula.php?nsul=27&PHPSESSID=erlv8dno5ua7gnk67m4jfoip3>>. Acesso em 27 de setembro de 2017.

Nessa linha, a jurisprudência depreende que a ampliação do período de graça subordinada a mera formalidade não deve ser a regra, sob pena de privilegiar apenas o empregado com mais conhecimento e nível de cultura superior àquela que desconhece a permissão legal.

Nesse sentido, é possível que o segurado conquiste 36 (trinta e seis) meses de período de graça, contanto que possua mais de 120 (cento e vinte contribuições) mensais ininterruptas que caracterize perda da qualidade de segurado. Se porventura o segurado não preencher essa premissa, poderá desfrutar de, no máximo, 24 (vinte e quatro) meses, em virtude da sua condição de desempregado.

No inciso III, tratar-se-á de doenças que segregam as pessoas no convívio da sociedade, especialmente devido ao alto risco de contágio. Por exemplo: portadores da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, psoríase.

No inciso IV, a norma prevê 12 (doze) meses de período de graça após o livramento do segurado preso. Destaca-se que nos incisos III e IV não há promessa de prorrogar por mais 12 (doze) meses o período de graça. Logo, conclui-se que a limitação dessa possibilidade para o inciso II.

Importante ressaltar que a manutenção da qualidade de segurado exige como pressuposto a qualidade de segurado, por consequência óbvia, não se pode ter a manutenção dessa condição se não a detinha anteriormente.

O inciso V aplica-se ao segurado conscrito, o qual presta serviço militar obrigatório. O período previsto para beneficiar a categoria conta a partir da baixa do conscrito. Só tem proveito dos 3 (três) meses aqueles que continham a qualidade de segurado.

Por fim, o inciso VI, visa a beneficiar o segurado facultativo, que perde seu *status* de segurado quando deixa de verter contribuição ao INSS por 6 (seis) meses. Aqui cabe uma observação, admite-se recolhimento da contribuição em atraso, desde que dentro do período de graça. O que não é exequível ao cidadão que não exerce atividade remunerada inscrever-se

como segurado facultativo retroativamente. Somente irá ocorrer a desfiliação ao RGPS no mês seguinte após o término do período de graça.

Via de regra, o período de graça não é computado para carência exigida para gozo dos benefícios ofertados pela Previdência Social, tão pouco é calculado para tempo de contribuição.

Uma das justificativas para esse prazo ser concedido é que o legislador quis conceder uma segurança ao trabalhador enquanto este busca o reingresso no mercado de trabalho, dilatando, assim, a cobertura previdenciária para esse segurado.

Não obstante, esse espaço de tempo determinado em lei não é indefinido, pois colocaria em risco o equilíbrio do sistema financeiro e atuarial da Previdência Social.

“A legislação previdenciária já chegou a impedir a concessão do auxílio-acidente a segurados desempregados (art. 104, § 7º, do RPS), mas a restrição foi, corretamente, excluída pelo Decreto nº. 6.722/08.”⁵¹

Em que pese, *data vênia*, o entendimento do professor e doutor em direito público, Fábio Ibrahim, não é razoável que o segurado em assistência de qualquer benefício previdenciário mantenha a qualidade de segurado porque, além de agravar o déficit previdenciário, iria incentivar aquele amparado por auxílio-acidente a não mais contribuir, já que preservaria sua condição apenas por ser favorecido pelo benefício indenizatório.

Ademais, fazer uma interpretação literal do dispositivo ensejaria uma contradição, uma vez que o período de graça é limitado. Não se pode compreender o art. 15, inciso I, da Lei nº. 8.213/91 como uma benesse irrestrita do legislador.

Dessa forma, não há razão para postergar infinitamente o *status* de proteção pela previdência daquele que auferir benefício de caráter indenizatório, que não é substitutivo de renda e, ainda condescender que seja cumulado com a remuneração oriunda do exercício laboral. Cessando unicamente na data do óbito do acobertado.

⁵¹ Ibrahim, Fábio Zambitte. **Curso de Direito Previdenciário**. 20. ed.- Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

2.3. DA PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO

Transcorrido a data limite para gozar do período de graça e o segurado ainda assim não retornou a contribuir com a previdência, há a perda da qualidade de segurado, isto é, deixa de ter o direito à cobertura previdenciária.

Outrora, após uma nova vinculação ao Sistema Previdenciário, conforme versava o art. 24 da Lei de Benefícios, era autorizado o reaproveitamento de todas as contribuições previdenciárias anteriores. Vale dizer que não havia caducidade das contribuições vertidas pelo fato da perda da qualidade de segurado no RGPS. Contudo, o art. 13 da Lei nº. 13.457/2017, revogou o texto normativo, fazendo valer o atual art. 102 da Lei da Previdência, onde a perda da qualidade de segurado importa em caducidade dos direitos inerentes a essa qualidade.

Em conformidade com a legislação vigente, a data da perda da qualidade de segurado será fixada no 16º (décimo sexto) dia do 2º (segundo) mês subsequente ao término do prazo em que se encontrava no período de graça, englobando as prorrogações, se caso for, consoante ao art. 15, parágrafo 4º, da Lei nº. 8.213/91.

A justificação é que, na eventualidade do cidadão querer efetivar recolhimento na condição de contribuinte individual ou facultativo referente ao mês pretérito, a lei garante que o prazo para o pagamento seja efetuado até o 16º (décimo sexto) dia do mês consecutivo, assegurando, portanto, a posição de qualidade de segurado.

2.4. DO AUXÍLIO-ACIDENTE FORA DO PERÍODO DE GRAÇA

O beneficiário de auxílio-acidente que tenha findado o período de graça, não mantém mais a qualidade de segurado. Entretanto, conserva ainda o recebimento do benefício indenizatório, caso ainda faça jus.

É importante salientar que, mesmo não ostentando a qualidade de segurado, o favorecido que segue recebendo o benefício indenizatório poderá requerer os serviços da

Previdência Social, quais sejam: serviço social e reabilitação profissional, conforme elencados no art. 18, III, b e c, da Lei nº. 8.213/91.

Suponha que seja concedido o auxílio-acidente para um jovem segurado. No decorrer do tempo, ele foi demitido, não vertendo contribuições para o INSS na qualidade de segurado facultativo. Após passar 20 (vinte) anos em proveito do benefício indenizatório, ele venha a óbito. Não é coerente que os seus dependentes requeiram o benefício de pensão por morte, em razão da perda da qualidade de segurado do instituidor da pensão.

Na mesma linha, também não é razoável que o amparado pelo auxílio-acidente, que não contribui para o sistema de repartição, venha a reivindicar outro benefício cessado o período de graça. Por exemplo, o indivíduo que afece o auxílio-acidente há mais de 36 (trinta e seis) meses, ao praticar montaria a cavalo, caiu e quebrou o fêmur. Seria possível que ele solicitasse o auxílio-doença previdenciário? A resposta é negativa, em virtude do auxílio-acidente por si só não ensejar a manutenção da qualidade de segurado. Porém, só poderá pleitear da PS os serviços elencados no art. 18, inciso III, alínea b e c da Lei 8.213/91.

Sendo assim não poderá requerer, nesses termos, outro benefício diverso. Seja Aposentadoria ou Auxílio-Doença, quicá seus dependentes poderão dar entrada em Pensão por morte ou auxílio-reclusão, pois o instituidor desses benefícios não mantém mais a qualidade de segurado. Uma vez que o auxílio-acidente recebido fora do período de graça não enseja por si só a manutenção da qualidade de segurado.

3. DA CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE EM DECORRÊNCIA DE ÓBITO DE BENEFICIÁRIO DE AUXÍLIO-ACIDENTE FORA DO PERÍODO DE GRAÇA

3.1. DAS CARACTERÍSTICAS GERAIS DA PENSÃO POR MORTE

A remuneração pelo trabalho tem por objetivo garantir precipuamente a subsistência do empregado, como também a dos seus dependentes. Em razão disso a legislação previdenciária prevê a concessão da pensão por morte com intuito de socorrer a família do *de cuius*, que muitas vezes se encontra em situação de vulnerabilidade social, nesse momento

doloroso e imprevisível.

Por isso, a Previdência Social desempenha tarefa crucial no ambiente familiar, pois tem a finalidade de conceder benefícios previdenciários de caráter substitutivo da renda habitual do segurado impactado por uma das contingências sociais.

A pensão por morte é associada ao evento do óbito do segurado, contudo para a concessão do benefício ao requerente é imprescindível o preenchimento de alguns requisitos, quais sejam: i) o óbito, ii) a qualidade de segurado do finado, iii) a comprovação da relação de dependência econômica com o falecido. Cabe salientar que não é exigida carência para gozo da pensão.

Em conformidade, explica o professor Fábio Zambitte Ibrahim:

“A pensão por morte é benefício direcionado aos dependentes do segurado, visando à manutenção da família, no caso da morte do responsável pelo seu sustento. O tema é tratado na Lei nº. 8.213/91, arts. 74 a 79 e no RPS⁵², arts. 105 a 115. Este benefício será devido ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data: i) do óbito, quando requerido até trinta dias depois deste; ii) do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no item i; ou iii) da decisão judicial, no caso de morte presumida⁵³.”

Nesse contexto, Marina Duarte sustenta que a pensão por morte é um benefício pago mensalmente aos dependentes do segurado falecido, tendo como intento suprir a renda do mantedor da família⁵⁴.

O fato gerador do benefício é a ocorrência do óbito do titular da filiação. No tocante a materialização da hipótese, a morte pode ser real ou ficta. Entende-se como morte real aquela natural, atestada pela certidão de óbito, registrada em repartição pública, pois presume-se a existência do corpo. Por outro lado, a morte presumida é aquela que:

“i) mediante sentença declaratória de ausência, expedida por autoridade judiciária, a contar da data de sua emissão; ou ii) em caso de desaparecimento do segurado por

⁵² Regulamento da Previdência Social.

⁵³ IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de Direito Previdenciário**. 20. ed. - Rio de Janeiro: Impetus, 2015.

⁵⁴ DUARTE, Marina Vasques. **Direito Previdenciário**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2008.

motivo de catástrofe, acidente ou desastre, a contar da data da ocorrência, mediante prova hábil⁵⁵.”

Sendo o óbito presumido, será devida a pensão provisória após 6 (seis) meses da declaração de ausência, de acordo com o art. 78 da Lei de Benefícios. Contudo, os dependentes do *de cujus* farão jus ao benefício da pensão provisória independente do prazo e da declaração de ausência que trata o artigo supramencionado, se houver prova do desaparecimento do segurado em virtude de acidente, desastre ou catástrofe.

Caso seja averiguado o reaparecimento do segurado, o benefício será cessado imediatamente e os supérstites ficarão desobrigados a devolver o montante percebido a título de pensão provisória, ressalvada a hipótese de má-fé, conforme o art. 78, § 2º da Lei Federal nº. 8.213/91.

Referente ao percentual do benefício, a pensão por morte terá Renda Mensal Inicial (RMI) de 100% (cem por cento) do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela que teria direito de receber se estivesse aposentado por invalidez na data do seu falecimento.

De acordo com a redação dada pela lei nº 9.032 de 1995, o art. 77, §1º, da Lei de Benefício, dispõe que a quota parte de cada dependente, se houver mais de 1 (um), será revertida aos demais. O encerramento do quinhão do dependente dar-se-á nas condições legais elencadas no art. 77, § 2º da Lei dos Planos de Benefícios.

Observa-se que, na peculiaridade do artigo supramencionado, a pensão por morte está programada para cessar aos 21 (vinte e um) anos de idade⁵⁶, não importando se o descendente encontra-se em instituição educacional ou não, como muito se confunde.

Nesse sentido, é pacífico o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça de que a pensão por morte não é possível ao filho maior de 21 (vinte e quatro) anos, em face da ausência de previsão legal, ainda que o beneficiário seja estudante universitário.

⁵⁵ DIAS, Eduardo Rocha; MACÊDO, José Leandro Monteiro de. **Curso de Direito Previdenciário**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012. E-book.

⁵⁶ Salvo se for inválido ou tiver deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave.

BRASIL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **PENSÃO POR MORTE. FILHO NÃO-INVÁLIDO. ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO. IMPOSSIBILIDADE DA PRORROGAÇÃO DO BENEFÍCIO ATÉ OS 24 ANOS DE IDADE. FALTA DE PREVISÃO LEGAL.** AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.⁵⁷

BRASIL. AGRAVO REGIMENTAL. PREVIDENCIÁRIO. **PENSÃO POR MORTE. FILHO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO. PRORROGAÇÃO DO BENEFÍCIO ATÉ A IDADE DE 24 ANOS OU ATÉ A CONCLUSÃO DO ENSINO SUPERIOR. IMPOSSIBILIDADE. FALTA DE PREVISÃO LEGAL.** PRECEDENTES. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.⁵⁸ 1. Não há como abrigar agravo regimental que não logra deconstituir os fundamentos da decisão atacada. 2. É do próprio texto legal a determinação de que o pagamento da pensão por morte extingue-se quando o dependente completa 21 anos de idade - em se tratando de filho (a) ou pessoa equiparada, e irmão (ã) - salvo quando se tratar de pessoa inválida. 3. A violação de dispositivos constitucionais, ainda que para fins de prequestionamento, não pode ser apreciada em sede de recurso especial. 4. Agravo regimental a que se nega provimento.

A Lei nº. 13.135/2015 introduziu significativas mudanças quanto à perda do benefício de pensão por morte. Seja pela condenação do crime que tenha dolosamente resultado na morte do segurado, após o trânsito em julgado, seja pela simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou ainda a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, a qualquer tempo, apuradas em processo judicial.

Ainda cabe a ressalva de que antes da reforma previdenciária de 2015, a pensão por morte era vitalícia, independentemente da idade do cônjuge ou companheiro(a) do *de cujus*. Após a mudança legislativa, sua duração tornou-se variável, sendo restrita a sua vitaliciedade em determinados casos, conforme art. 77, § 2º, inciso V e suas alíneas da Lei dos Planos de Benefícios.

Outrossim, a extinção da quota do último beneficiário pensionista encerra a pensão por morte, não possuindo o condão de gerar nova pensão.

⁵⁷ STJ - AgRg no AREsp: 68457 DF 2011/0246690-6, Relator: Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Data de Julgamento: 13/08/2013, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 22/08/2013.

⁵⁸ STJ - AgRg no REsp: 818640 SC 2006/0027610-8, Relator: Ministro HAROLDO RODRIGUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/CE), Data de Julgamento: 17/06/2010, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 16/08/2010.

3.2. NA INTERPRETAÇÃO LITERAL DO ART. 15, INCISO I, DA LEI Nº 8.213/91

Neste ponto deve-se levantar os seguintes questionamentos: o período no qual o segurado esteve em amparo de benefício de auxílio-acidente é computado como carência⁵⁹? E ainda possui o condão de ensejar manutenção da qualidade de segurado? Conforme exposto na introdução, o presente estudo tem como alicerce o beneficiário de auxílio-acidente que não esteja exercendo atividade laborativa há muito tempo.

Em concordância com o artigo de Dr. David Melquiades Fonseca, “cita-se a situação do trabalhador que, após sofrer acidente de qualquer natureza, experimentou redução de sua capacidade laborativa em virtude de amputação de parte de um dedo, sem comprometimento do seu retorno ao mercado de trabalho.⁶⁰”.

Dessa forma, tomando por base a interpretação literal do artigo 15, inciso I, da Lei nº 8.213/1995, mantém a qualidade de segurado aquele que estiver em gozo de benefício, independente de contribuição e sem limite de prazo.

Vale lembrar que o art. 15 da Lei de Benefício afirma genericamente que:

Art. 15. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições:
I - sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício;

Nessa linha argumentativa é de entendimento majoritário de que qualquer benefício previdenciário possa vir a permitir a manutenção da qualidade de segurado, pois o legislador não realizou restrição quanto aos diferentes tipos de benefícios.

⁵⁹ Denomina-se período de carência a quantidade de contribuições mensais mínimas para que o segurado possa ter direito a gozar de determinados benefícios ofertados pela Previdência Social, conforme artigo 24 da Lei de Benefícios.

⁶⁰ FONSECA, David Melquiades da. **Auxílio-acidente: Carência, Tempo de Contribuição e Perda da Qualidade de Segurado**. Instituto de Estudos Previdenciários, Belo Horizonte, ano 9, n. 336, 7 fev. 2015. Disponível em: <http://qualidade.ieprev.com.br/conteudo/id/37076/t/a-percepcao-do-auxilio-acidente-e-seus-efeitos-na-carencia,-no-tempo-de-contribuicao-e-na-manutencao-da-qualidade-de-segurado-do-beneficiario>>. Acesso em 16 de outubro 2017.

Nesse sentido, muitos julgadores entendem que é devido o benefício de pensão por morte ao(s) dependente(s) do beneficiário de auxílio-acidente, pois reconhecem que a mera percepção desse benefício é suficiente para promover a manutenção da qualidade de segurado, conforme observa-se os julgados dos Tribunais.

BRASIL. PREVIDENCIÁRIO. **PENSÃO POR MORTE. AUXÍLIO-ACIDENTE. MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.** LEI Nº 11.960/2009. CONSTITUCIONALIDADE. 1. Na vigência da Lei nº 8.213/91, dois são os requisitos para a concessão de benefício de pensão por morte, quais sejam: a qualidade de segurado do instituidor e a dependência dos beneficiários que, se preenchidos, ensejam o seu deferimento. 2. A percepção de auxílio-acidente, apesar de sua natureza indenizatória, enseja a manutenção da qualidade de segurado, nos termos do inciso I do artigo 15 da Lei nº 8.213/91. (...) 5. Determina-se o cumprimento imediato do acórdão naquilo que se refere à obrigação de implementar o benefício, por se tratar de decisão de eficácia mandamental que deverá ser efetivada mediante as atividades de cumprimento da sentença stricto sensu previstas no art. 461 do CPC, sem a necessidade de um processo executivo autônomo (sine intervallo).⁶¹

BRASIL. **AUXÍLIO-ACIDENTE. PENSÃO POR MORTE.** Os dependentes de segurado que recebe auxílio-acidente têm direito à pensão por morte em valor idêntico ao benefício acidentário. (TRF 4ª Região - RS 2001.71.08.005989-0, Relator: RÔMULO PIZZOLATTI, Data de Julgamento: 18/09/2007, QUINTA TURMA, Data de Publicação: D.E. 01/10/2007).

BRASIL. PROCESSUAL CIVIL. COMPETÊNCIA. PREVIDENCIÁRIO. **PENSÃO POR MORTE. ÓBITO ANTERIOR À LEI 9.528/97. QUALIDADE DE SEGURADO. BENEFICIÁRIO EM GOZO DE AUXÍLIO-ACIDENTE. COMPROVAÇÃO. CÔNJUGE E FILHO MENOR. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PRESUMIDA. PRESCRIÇÃO. INDIVISIBILIDADE DE COTAS. TERMO FINAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO E-MAIL PARA IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO.** (...) O benefício de pensão por morte (<https://jus.com.br/tudo/pensao-por-morte>) tem previsão nos artigos 74 e seguintes da Lei federal nº 8.213/91 e consiste no pagamento devido ao conjunto de dependentes do segurado que falecer. Independentemente de carência, o benefício postulado exige a presença de dois requisitos essenciais: a) a dependência em relação ao segurado falecido; b) a qualidade de segurado do falecido. - Segundo o inciso I, do artigo 15 da Lei 8.213/91, mantém a qualidade de segurado, sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício. Vê-se que a lei não faz discriminação sobre o tipo de benefício. Assim, obtido o auxílio-acidente, mantida a qualidade de segurado, até a data do óbito.⁶²

⁶¹ TRF4, APELREEX 0000713-21.2009.404.7013, Sexta Turma, Relator João Batista Pinto Silveira, D.E. 11/05/2011.

⁶² PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO A PERCEPÇÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE. TESE JURÍDICA FIXADA PARA RECONHECER QUE OS BENEFÍCIOS DE CUNHO INDENIZATÓRIO, TAL COMO O AUXÍLIO-ACIDENTE, INDUZEM À MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO, AINDA QUE NÃO HAJA RECOLHIMENTO DE PRESTAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. DISPOSIÇÃO LEGAL EXPRESSA. INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO *IN DUBIO PRO MISERO*. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARA DETERMINAR O RETORNO DOS AUTOS À TURMA DE ORIGEM E SUA ADEQUAÇÃO À ORIENTAÇÃO ORA PACIFICADA PELA TNU. Origem do processo: 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária de Pernambuco. Juíza Relatora Dra. Itália Maria Zimardi Arêas Poppe Bertozzi - Suplente da

BRASIL. PREVIDENCIÁRIO. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. **AUXÍLIO-ACIDENTE. MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO.** ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. CUSTAS. TUTELA ESPECÍFICA. 1. A percepção de auxílio-acidente, apesar de sua natureza indenizatória, enseja a manutenção da qualidade de segurado, nos termos do inciso I do artigo 15 da Lei nº 8.213/91. 2. Comprovada a incapacidade laborativa total e permanente e não havendo a perda da qualidade de segurada da parte autora, bem como implementada a carência, é de ser mantida a sentença que concedeu a aposentadoria por invalidez desde a DER. 3. Atualização monetária na forma da Lei 11.960/09. 4. Está o INSS isento das custas processuais, mas obrigado ao pagamento das despesas judiciais, notadamente na condução de Oficiais de Justiça. 5. Determina-se o cumprimento imediato do acórdão naquilo que se refere à obrigação de implementar o benefício, por se tratar de decisão de eficácia mandamental que deverá ser efetivada mediante as atividades de cumprimento da sentença stricto sensu previstas no art. 461 do CPC, sem a necessidade de um processo executivo autônomo (sine intervallo).⁶³

BRASIL. PREVIDENCIÁRIO. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. **AUXÍLIO-ACIDENTE. MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO.** ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. TUTELA ESPECÍFICA. 1. A percepção de auxílio-acidente, apesar de sua natureza indenizatória, enseja a manutenção da qualidade de segurado, nos termos do inciso I do artigo 15 da Lei nº 8.213/91. 2. Comprovada a incapacidade laborativa total e permanente e não havendo a perda da qualidade de segurado da parte autora, bem como implementada a carência, é de ser mantida a sentença que concedeu a aposentadoria por invalidez desde a DER. 3. Atualização monetária na forma da Lei 11.960/09. 4. Determina-se o cumprimento imediato do acórdão naquilo que se refere à obrigação de implementar o benefício, por se tratar de decisão de eficácia mandamental que deverá ser efetivada mediante as atividades de cumprimento da sentença stricto sensu previstas no art. 497 do CPC/15, sem a necessidade de um processo executivo autônomo (sine intervallo).⁶⁴

PREVIDENCIÁRIO. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. **AUXÍLIO ACIDENTE. MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO.** ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. CUSTAS. TUTELA ESPECÍFICA. 1. A percepção de auxílio acidente, apesar de sua natureza indenizatória, enseja a manutenção da qualidade de segurado, nos termos do inciso I do artigo 15 da Lei nº 8.213/91. 2. Comprovada a incapacidade laborativa total e permanente e não havendo a perda da qualidade de segurada da parte autora, bem como implementada a carência, é de ser mantida a sentença que concedeu a aposentadoria por invalidez desde a DER. 3. Atualização monetária na forma da Lei 11.960/09. 4. Está o INSS isento das custas processuais, mas obrigado ao pagamento das despesas judiciais, notadamente na condução de Oficiais de Justiça. 5. Determina-se o cumprimento imediato do acórdão naquilo que se refere à obrigação de implementar o benefício, por se tratar de decisão de eficácia mandamental que deverá ser efetivada mediante as atividades de cumprimento da sentença stricto sensu previstas no art. 461 do CPC, sem a necessidade de um processo executivo autônomo (sine intervallo). **ACÓRDÃO.** Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por unanimidade, dar parcial provimento ao recurso do INSS e à remessa oficial, negar provimento ao recurso da parte autora e determinar a implantação do benefício, julgando prejudicado o requerimento da parte autora para antecipação dos efeitos da

TNU, convocada em regime de mutirão. Data do julgamento: 16 de junho de 2016.

⁶³ TRF-4 - APELREEX: 124637320154049999 RS 0012463-73.2015.404.9999, Relator: JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA, Data de Julgamento: 24/02/2016, SEXTA TURMA, Data de Publicação: D.E. 04/03/2016.

⁶⁴ TRF4, APELREEX 0006412-46.2015.404.9999, SEXTA TURMA, Relator JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA, D.E. 11/05/2016.

tutela, nos termos do relatório, votos e notas de julgamento que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

BRASIL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. CÔNJUGE. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PRESUMIDA. QUALIDADE DE SEGURADO. AUXÍLIO-ACIDENTE. MARCO INICIAL DO BENEFÍCIO. VERBA HONORÁRIA. 1. Demonstrado o enlace matrimonial, presume-se a condição de dependência por força do disposto no artigo 16, I, e §4º, da Lei nº. 8.213/91. 2. A percepção do auxílio-acidente, apesar de sua natureza indenizatória, enseja a manutenção da qualidade de segurado, nos termos no inciso I, do artigo 15 da Lei nº 8.213/91. 3. O marco inicial do benefício é estabelecido pela legislação vigente à data do óbito, de modo que, tendo este ocorrido antes da vigência da Lei nº. 9.528/97, deve ser aplicada a Lei de Benefícios em sua redação original, ressalvadas, porém, as parcelas anteriores ao quinquênio da propositura da ação, porquanto prescritas. 4. Tendo a demandante decaído em parte mínima, não há que se falar em compensação da verba honorária.⁶⁵

PEDILEF. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. QUALIDADE DE SEGURADO. POSSIBILIDADE. TNU. PRECEDENTE. CONHECIMENTO E PARCIAL PROVIMENTO. 1. Pretende-se a reforma de acórdão da 3ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, pelo qual negou provimento ao recurso do autor e manteve a sentença de improcedência do pedido de benefício de auxílio-doença, por entender não demonstrada a qualidade de segurado. Segue trecho do acórdão: 1 "(...) Conforme se verifica do CNIS juntado aos autos no evento 15, o autor filiou-se ao RGPS na qualidade de segurado empregado em 02.04.1976 e manteve-se em atividade, com períodos esparsos, até 18.03.1995. Após, filiou-se na condição de contribuinte individual, vertendo contribuições entre 12.1995 e 12.1998. Não consta que houve nova filiação ao RGPS após essa data. Em consulta ao Sistema Plenus e CNIS realizada nesta data não se verifica nova filiação do autor, porém consta que houve concessão de benefícios por incapacidade em 2004 e 2005, já cessados. Realizada perícia médica com especialista em ortopedia e traumatologia (ev. 18), o especialista afirmou que o autor apresenta necrose de cabeça do fêmur esquerdo e apresenta incapacidade total e temporária para qualquer atividade laborativa desde junho de 2013. Constata-se, portanto, que quando da eclosão da incapacidade a parte autora não mais detinha qualidade de segurada, já que o auxílio-acidente não enseja a manutenção da qualidade de segurado uma vez que este benefício não é substitutivo da renda do trabalhador, mas indenizatório. Nesse sentido: AUXÍLIO-DOENÇA. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. AUXÍLIO-ACIDENTE. MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO DURANTE O PERÍODO DE SUA PERCEPÇÃO. INOCORRÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO. 1. A norma do art. 15, I, da Lei 8.213/91, segundo a qual permanece segurado, sem limite de prazo, aquele que perceba benefício previdenciário, não pode ser estendida ao auxílio-acidente. Visa a referida norma à proteção daqueles que, percebendo benefício substitutivo do rendimento do trabalho, esteja impossibilitado de contribuir com a previdência. Não é o caso do beneficiário do auxílio-acidente, dada sua natureza indenizatória, e cuja percepção, ademais, por si só, não faz presumir a impossibilidade do exercício de trabalho remunerado e, pois, a existência de incapacidade contributiva. (...) (TRF4, RCI 2008.70.65.001351-8, Primeira Turma Recursal de SC, Relator Leonardo Castanho Mendes, julgado em 15/12/2009) (grifei) Ainda, considerando que as contribuições do segurado se encerraram em 1998 e tendo em vista que a DII se deu em 06.2013, quando não mais ostentava a qualidade de segurado da Previdência Social, não merece acolhida a insurgência recursal da parte autora. Importa destacar que 'o magistrado, ao analisar o tema controvertido, não está obrigado a refutar todos os aspectos levantados pelas partes, mas, tão-somente, aqueles que efetivamente sejam

⁶⁵ TRF4, AC 2002.71.00.012774-8/RS, Sexta Turma, Relator Ricardo Teixeira do Valle Pereira, D.J.U. 01/02/2006.

relevantes para o deslinde do tema' (STJ, Resp 717265, DJ 12.03.2007, p.239). Ademais, saliento que, nos Juizados Especiais, o processo deve se orientar pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade (art. 2º da Lei n.º 9.099/95); em sede de recurso em Juizado Especial, o julgamento pode constar apenas da ata, mediante fundamentação sucinta e parte dispositiva, podendo ainda a sentença ser confirmada pelos próprios fundamentos, hipótese em que a súmula do julgamento servirá de acórdão (art. 46 da Lei n.º 9.099/95). Assim, refuto todas as alegações que não tenham sido expressamente rejeitadas nos autos, porquanto desnecessária sua análise para chegar à conclusão exposta no julgado. Dou expressamente por prequestionados todos os dispositivos indicados pelas partes nos presentes autos, para fins do art. 102, III, da Constituição Federal, respeitadas as disposições do art. 14, caput e parágrafos e art. 15, caput, da Lei nº 10.259, de 12.07.2001. A repetição dos dispositivos é desnecessária, para evitar tautologia. Mantida a sentença, condeno o recorrente em honorários advocatícios fixados em 10% (dez) sobre o valor atualizado da causa, suspensos caso seja beneficiária da AJG. Custas ex lege. Ante o exposto, voto por negar provimento ao recurso da parte autora." 2. O incidente de uniformização foi admitido na origem.⁶⁶

Nesse sentido, é a orientação administrativa do INSS quanto à carência, segundo a Instrução Normativa nº. 77 do INSS, de 21 de janeiro de 2015:

Art. 154. Não será computado como período de carência:

(...)

V - o período em que o segurado está ou esteve em gozo de auxílio-acidente ou auxílio-suplementar.

Devido a essa controvérsia, a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU) se pronunciou de forma a reiterar o entendimento de que mantém a qualidade de segurado aquele segurado em gozo de benefício de cunho indenizatório, ainda que não haja recolhimento previdenciário no período em que estiver de auxílio-acidente.

A magistrada Itália Bertozzi, relatora do processo na Turma Nacional de Uniformização de nº. 0502859-55.2014.4.05.8312⁶⁷, destacou em seu voto que:

“é importante salientar que, embora a legislação previdenciária não preveja exceções, levando a uma interpretação literal de que a percepção de todo e qualquer benefício seria apta à manutenção da qualidade de segurado, a doutrina diverge em relação aos benefícios de caráter indenizatório, como o salário família, o auxílio-acidente e o finado auxílio-suplementar.”⁶⁸

⁶⁶ TRF-4, APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO Nº 0006412-46.2015.4.04.9999/PR. Des. Federal JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA. Apelante: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS. Apelado: FRANCISCO DOS SANTOS GODOI. Remetente: JUIZO DE DIREITO DA 1A VARA DA COMARCA DE SIQUEIRA CAMPOS/PR.

⁶⁷ Trânsito em julgado em 11/10/2016. Baixa definitiva na Turma Recursal em 14/10/2016.

⁶⁸ CASSIUS, Garcia. **Direito Previdenciário para Concursos**. Disponível em:

De acordo com a magistrada, há duas correntes doutrinárias acerca do recebimento de benefício de auxílio-acidente se ensejaria ou não a manutenção da qualidade de segurado, conforme o art. 15, inciso I, da Lei de Benefícios.

No entendimento da juíza federal, a fruição do benefício indenizatório possibilita a manutenção da qualidade de segurado, sob a justificativa de que “se o legislador não trouxe ressalvas, não cabe ao intérprete criá-las, sobretudo em se tratando de direitos sociais constitucionalmente previstos”⁶⁹. Desse modo, a Dra. Itália Bertozzi demonstrou filiar-se à primeira corrente, a qual considera que o período de gozo de benefício indenizatório conserva a manutenção da qualidade de segurado. Independentemente do tempo em que o indivíduo ficou fruindo o auxílio-acidente.

À vista disso, a TNU pacificou o entendimento de “que a percepção de benefícios indenizatórios, que não substituem a renda, tal como o auxílio-acidente, induz à manutenção da qualidade de segurado, independentemente do recolhimento de contribuições previdenciárias”.

Assim, pactua-se que devido ao vácuo legal, majoritariamente é entendido que existe a possibilidade da manutenção da qualidade de segurado por aquele em gozo de benefício indenizatório. Logo, pode-se compreender que o indivíduo em gozo de auxílio-acidente é capaz de requerer a qualquer tempo outro benefício do INSS ou principalmente ser o instituidor de pensão por morte para seus dependentes. Conforme julgado da magistrada Simone Schreiber:

BRASIL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. COMPANHEIRA. LEI Nº. 8.213/91. AUXÍLIO-ACIDENTE NA DATA DO ÓBITO DO INSTITUIDOR DA PENSÃO. MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. ART. 15, I, DA LEI Nº 8.213/91. ART. 10, I, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/PRES Nº. 45/2010. 1. o benefício de pensão por morte é devido aos dependentes daquele que falece na condição de segurado da Previdência Social e encontra-se disciplinado no artigo 74 da Lei n. 8.213/91. 2. o artigo 16 da Lei n. 8.213/91 indica quem são os dependentes do segurado, incluindo, no seu inciso I, o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de

<<http://cassiusgarcia.com/jurisprudencia/tnu-qualidade-de-segurado/>>. Acesso em 12 de outubro de 2017.

⁶⁹ BRASIL. Qualidade de Segurado do INSS Deve ser Mantida em Períodos de Recebimento de Benefícios Indenizatórios. Disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/cjf/noticias/2016-1/junho/qualidade-de-segurado-do-inss-deve-ser-mantida-em-periodos-de-recebimento-de-beneficios-indenizatorios>>. Acesso em 14 de outubro de 2017.

qualquer condição, menos de 21 anos ou inválido. 3. De acordo com a Lei nº. 8.213/91, verifica-se que, para fazerem jus ao benefício de pensão por morte, os requerentes devem comprovar o preenchimento dos seguintes requisitos: 1. O falecimento do instituidor e sua qualidade de segurado na data do óbito, e 2. sua relação de dependência com o segurado falecido. 4. Para a concessão do benefício em questão, inexistia previsão de carência, consoante art. 26, I, da Lei nº 8.213/91, sendo, contudo, necessário que o falecido, na data do óbito, não tenha perdido a qualidade de segurado, conforme previsto no artigo 102, §2º, da Lei nº. 8.213/91, com redação dada pela Lei nº. 9.528/97. 5. No caso em análise, restou demonstrada, de forma inequívoca, a convivência marital com o falecido, como bem ressaltado pelo MM. Juízo *a quo* na sentença. 6. O auxílio-acidente é concedido à pessoa que mantém sua qualidade de segurado e que, após a consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, tiver sua capacidade laboral reduzida para o trabalho que exercia habitualmente (art. 86 da Lei nº. 8.213/91). 7. Na hipótese, o companheiro da autora faleceu em adunados aos autos. Portanto, nos termos do art. 15, I, da Lei nº. 8.213/91 e art. 10, I, da Instrução Normativa INSS/PRES nº. 45 de 2010, o *de cujus* ostentava a qualidade de segurado. 8. Sendo assim, a autora faz jus ao benefício de pensão por morte pleiteado vez que mantida a qualidade de segurado de seu companheiro, instituidor da pensão, quando do seu óbito.⁷⁰

BRASIL. PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO LEGAL (ART. 557, § 1º, DO CPC). REDISCUSSÃO DA MATÉRIA JÁ DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE OU ABUSO DE PODER. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REQUISITOS. **MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. GOZO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE AUXÍLIO-ACIDENTE.** 1. O agravo previsto no art. 557, § 1º, do Código de Processo Civil tem o propósito de submeter ao órgão colegiado o controle da extensão dos poderes do relator, bem como a legalidade da decisão monocrática proferida, não se prestando à rediscussão de matéria já decidida. 2. Inexistia ilegalidade ou abuso de poder na decisão questionada, sendo que os seus fundamentos estão em consonância com a jurisprudência pertinente à matéria. 3. Via de regra, nas ações em que se objetiva a concessão de benefício em razão de invalidez, o juiz firma sua convicção por meio da prova pericial. Todavia, o art. 463 do CPC é no sentido de que o magistrado não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar sua convicção com outros elementos de prova existentes nos autos. 4. Mantém a qualidade de segurado, quem se encontra em gozo de benefício previdenciários de "auxílio-acidente", pois a lei não faz qualquer ressalva quanto à espécie de benefício (art. 15, I, c.c. art. 18, I, h e 86, da Lei 8.213/91 e art. 10, I, da INSTRUÇÃO NORMATIVA INSS/PRES Nº 45, DE 6 DE AGOSTO DE 2010 - DOU DE 11/08/2010). 5. Agravo legal desprovido.⁷¹

Em outras palavras, seria possível que o cidadão em fruição de auxílio-acidente há por extenso período deixasse pensão por morte aos seus dependentes, ainda que não tenha contribuído para o sistema de repartição por longos anos.

⁷⁰ TRF-2, Apelação 00016117420094025110. Reexame necessário. Relatora: Desembargadora Federal SIMONE SCHREIBER, Data de Julgamento: 21/08/2014, SEGUNDA TURMA ESPECIALIZADA.

⁷¹ TRF-3 - APELREEX: 8491 SP 0008491-56.2004.4.03.6104, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL LUCIA URSAIA, Data de Julgamento: 21/08/2012, DÉCIMA TURMA.

Nesse casos, segundo a compreensão majoritária, fica notoriamente desrespeitada a característica do Regime Geral da Previdência Social, a qual preza pela solidariedade do sistema contributivo.

Nesse ínterim, suponha que um beneficiário de auxílio-acidente há 15 (quinze) anos, que não retornou ao mercado de trabalho, lesiona o joelho ao jogar futebol. Poderia, consoante a TNU, requerer o benefício de auxílio-doença previdenciário, uma vez que mantém a qualidade de segurado por simplesmente receber o auxílio-acidente, independente do tempo em fruição, ainda que não contribuía para a Previdência há décadas?

Não obstante, ainda no exemplo mencionado, esse indivíduo em auxílio-acidente, que agora perceberia auxílio-doença por lesão no joelho, venha a falecer após 7 (sete) meses de recebimento de auxílio previdenciário, o entendimento pacífico da TNU, *data vênia*, equivocado, permitiria a instituição da pensão por morte aos dependentes desse cidadão que somente ficou desfrutando dos benefícios da Previdência Social, sem sequer contribuir para manter o seguro protetivo do RGPS.

Portanto, o cenário da controvérsia consiste no fato de o auxílio-acidente possuir apenas a natureza indenizatória, o que distingue, inevitavelmente, dos demais benefícios por incapacidade, quais sejam: auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

Nesse sentido, questiona o autor David Melquiades da Fonseca:

“Ora, se o auxílio-acidente - que tem natureza reparatória e não substitui a remuneração do segurado - não é computado como carência ou tempo de contribuição, ainda sim sua percepção manteria a qualidade de segurado do beneficiário?

Imagine que determinado trabalhador, jovem, sofra um acidente que produza uma seqüela capaz de reduzir sua capacidade para o trabalho habitual (uma lesão no ombro, por exemplo, com limitação parcial de movimentos). Em razão disso, passe a receber o auxílio-acidente, e decida não voltar ao mercado de trabalho. Se após dez anos sofrer novo acidente, poderá pleitear outro benefício? Ou ainda, se vier a falecer anos depois de se afastar das atividades laborativas, seus dependentes terão direito à pensão por morte?”⁷²

⁷² FONSECA, David Melquiades da. **A Percepção do Auxílio-Acidente e Seus Efeitos na Carência, no Tempo de Contribuição e na Manutenção da Qualidade de Segurado do Beneficiário**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/33621/a-percepcao-do-auxilio-acidente-e-seus-efeitos-na-carencia-no-tempo-de-contribuicao-e-na-manutencao-da-qualidade-de-segurado-do-beneficiario>>. Acesso em 29 de setembro de 2017.

À vista do capítulo 2.1 desta monografia, o beneficiário de auxílio-acidente, que não tenha ultrapassado o período de graça⁷³, não atende os requisitos para manter a qualidade de segurado. Perdurando, somente, o seu benefício indenizatório e o direito ao requerimento dos serviços da Previdência Social, não cabendo abranger a concessão de benefício de pensão por morte por instituidor de auxílio-acidente, nesse caso.

3.3. DA INTERPRETAÇÃO “LÓGICA” DO ART. 15, INCISO I, DA LEI Nº 8.213/91

Destaca-se que o segurado dentro do período de graça tem direito a pleitear qualquer benefício da Previdência Social, como também seus serviços. Assim, se vier a falecer dentro desse período, constitui pensão por morte aos seus dependentes, pois que à época do óbito estava amparado legalmente.

Nesse sentido, já se manifestou a jurisprudência:

BRASIL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. **QUALIDADE DE SEGURADO MANTIDA. DESEMPREGO.** 1. Deixando o segurado de exercer atividade abrangida pelo RGPS em 12-95, o período de graça, a teor do art. 15, II e § 2º, da Lei nº 8.213/91, é de 24 meses após cessadas as contribuições. Assim, aplicando-se a referida norma ao caso concreto, e considerando, ainda, o disposto no § 4º do art. 15 da Lei 8.213/91, não há dúvida de que quando do óbito em 18-10-97, o falecido ainda gozava do chamado período de graça. 2. Na vigência da Lei nº 8.213/91, dois são os requisitos para a concessão de benefício de pensão por morte, quais sejam: a qualidade de segurado do instituidor e a dependência dos beneficiários que, se preenchidos, ensejam o seu deferimento. 3. Remessa oficial parcialmente provida apenas para adequar os critérios de correção monetária e juros

⁷³ Entende-se como período de graça o art. 15 da Lei Federal nº. 8.213/91. Será concedido 12 (doze) meses de manutenção da qualidade de segurado para aquele que: i) deixar de exercer atividade remunerada ou estiver suspenso sem remuneração ou licenciado sem remuneração; ii) acometido de doença de segregação compulsória, cessar a segregação; iii) após o livramento do segurado retido ou recluso. Somente terá a prorrogação de até 24 meses aquele segurado que preencher a primeira condição mencionada acima, em conformidade com o art. 15, § 1º da Lei de Benefícios. Frisa-se que esse período de 24 (vinte e quatro) meses de manutenção da qualidade de segurado poderá ser acrescido de mais 12 (doze) meses para o segurado desempregado. Salienta-se que não é imprescindível o registro no Ministério do Trabalho e na Previdência Social, desde que seja possível a situação do desemprego por outros meios de prova.

BRASIL. PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO. ART. 15 DA LEI Nº. 8.213/91. CONDIÇÃO DE DESEMPREGADO. DISPENSA DO REGISTRO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO E NA PREVIDÊNCIA SOCIAL. COMPROVAÇÃO DA SITUAÇÃO DE DESEMPREGO POR OUTROS MEIOS DE PROVA. 1. o STJ entende que a ausência do registro no Ministério do Trabalho e na Previdência Social poderá ser suprida quando comprovada a situação de desemprego por outras provas constantes dos autos, inclusive a testemunhal. 12. Agravo Regimental não provido. AgRg no REsp 249.493/ PR, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 19.2.13. DJe 7.33.13.

de mora na forma da fundamentação⁷⁴.

BRASIL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. **QUALIDADE DE SEGURADO MANTIDA**. DESEMPREGO. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. 1. Deixando o segurado de exercer atividade abrangida pelo RGPS em 10-96, o período de graça, a teor do art. 15, II e § 2º, da Lei nº 8.213/91, é de 24 meses após cessadas as contribuições. Assim, aplicando-se a referida norma ao caso concreto, e considerando, ainda, o disposto no § 4º do art. 15 da Lei 8.213/91, não há dúvida de que quando do óbito em 14-06-98, o falecido ainda gozava do chamado período de graça. 2. Na vigência da Lei nº 8.213/91, dois são os requisitos para a concessão de benefício de pensão por morte, quais sejam: a qualidade de segurado do instituidor e a dependência dos beneficiários que, se preenchidos, ensejam o seu deferimento. 3. Até 30-06-2009, a atualização monetária, incidindo a contar do vencimento de cada prestação, deve-se dar pelos índices oficiais, e jurisprudencialmente aceitos, quais sejam: ORTN (10/64 a 02/86, Lei nº 4.257/64), OTN (03/86 a 01/89, Decreto-Lei nº 2.284/86, de 03-86 a 01-89), BTN (02/89 a 02/91, Lei nº 7.777/89), INPC (03/91 a 12/92, Lei nº 8.213/91), IRSM (01/93 a 02/94, Lei nº 8.542/92), URV (03 a 06/94, Lei nº 8.880/94), IPC-r (07/94 a 06/95, Lei nº 8.880/94), INPC (07/95 a 04/96, MP nº 1.053/95), IGP-DI (05/96 a 03/2006, art. 10 da Lei nº 9.711/98, combinado com o art. 20, §§ 5º e 6º, da Lei nº 8.880/94) e INPC (04/2006 a 06/2009, conforme o art. 31 da Lei nº 10.741/03, combinado com a Lei nº 11.430/06, precedida da MP nº 316, de 11-08-2006, que acrescentou o art. 41-A à Lei nº 8.213/91, e REsp. nº 1.103.122/PR). Nesses períodos, os juros de mora devem ser fixados à taxa de 1% ao mês, a contar da citação, com base no art. 3º do Decreto-Lei nº 2.322/87, aplicável analogicamente aos benefícios pagos com atraso, tendo em vista o seu caráter eminentemente alimentar, consoante firme entendimento consagrado na jurisprudência do STJ e na Súmula 75 desta Corte. A contar de 01-07-2009, data em que passou a vigor a Lei nº 11.960, de 29-06-2009, publicada em 30-06-2009, que alterou o art. 1.º-F da Lei nº 9.494/97, para fins de atualização monetária e juros haverá a incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança.⁷⁵

BRASIL. PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. **CONCESSÃO BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. REQUISITOS: QUALIDADE DE SEGURADO, CARÊNCIA E INCAPACIDADE PARA O TRABALHO. ATENDIDOS. QUALIDADE DE SEGURADO MANTIDA. PERÍODO DE GRAÇA. CARÊNCIA CUMPRIDA**. POSSIBILIDADE DE REABILITAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS. HONORÁRIOS. CUSTAS. 1 Nos moldes do entendimento jurisprudencial dominante, é prescindível a provocação administrativa antes do manejo da via judicial nas ações em que se pleiteia benefício previdenciário. Ressalva do entendimento pessoal do relator. 2 Os requisitos indispensáveis para a concessão do benefício previdenciário de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez são: a) a qualidade de segurado; b) a carência de 12 (doze) contribuições mensais; c) a incapacidade parcial ou total e temporária (auxílio-doença) ou total e permanente (aposentadoria por invalidez) para atividade laboral. 3 Cumpridos o requisito da carência e qualidade de segurado: CTPS com último vínculo empregatício em 30.12.2004. Gozou auxílio-doença entre 23.11.2006 a 08.12.2007 (fl. 52). 4. Laudo pericial atesta incapacidade parcial, com possibilidade de reabilitação. Devido o auxílio-doença a contar da data da cessação administrativa do benefício (em 08.12.2007) descontados eventuais valores pagos a título de benefício por incapacidade, sob pena de enriquecimento ilícito até possível reabilitação e conversão em auxílio-acidente ou conversão em aposentadoria por

⁷⁴ TRF-4 - REOAC: 25986 PR 2007.70.00.025986-7, Relator: Revisor, Data de Julgamento: 02/12/2009, SEXTA TURMA, Data de Publicação: D.E. 17/12/2009.

⁷⁵ TRF-4 - APEL. REEX: 180343620084047100 RS 0018034-36.2008.404.7100, Relator: JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA, Data de Julgamento: 24/03/2010, SEXTA TURMA, Data de Publicação: D.E. 30/03/2010.

invalidez, caso não seja reabilitado. 5. A RMI deve ser calculada em conformidade com o disposto no art. 29, II da Lei 8.213/91. 6. Consectários legais: a) correção monetária e juros de mora pelo MCJF; b) honorários 10% sobre o valor da condenação, correspondente às parcelas vencidas até o momento da prolação do acórdão, de acordo com a Súmula n. 111 do Superior Tribunal de Justiça e artigo 20, § 3º, do CPC, condenação ilíquida, mantida valor fixado na sentença; c) nas causas ajuizadas perante a Justiça Estadual, no exercício da jurisdição federal (§ 3º do art. 109 da CF/88), o INSS está isento das custas somente quando lei estadual específica prevê a isenção, o que ocorre nos estados de Minas Gerais, Goiás, Rondônia e Mato Grosso. 7. Apelações de INSS e do autor desprovidas; remessa oficial parcialmente provida (itens 4 a 6).⁷⁶

PEDILEF. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. QUALIDADE DE SEGURADO. POSSIBILIDADE. TNU. PRECEDENTE. CONHECIMENTO E PARCIAL PROVIMENTO. 1. Pretende-se a reforma de acórdão da 3ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, pelo qual negou provimento ao recurso do autor e manteve a sentença de improcedência do pedido de benefício de auxílio-doença, por entender não demonstrada a qualidade de segurado. Segue trecho do acórdão: 1 "(...) Conforme se verifica do CNIS juntado aos autos no evento 15, o autor filiou-se ao RGPS na qualidade de segurado empregado em 02.04.1976 e manteve-se em atividade, com períodos esparsos, até 18.03.1995. Após, filiou-se na condição de contribuinte individual, vertendo contribuições entre 12.1995 e 12.1998. Não consta que houve nova filiação ao RGPS após essa data. Em consulta ao Sistema Plenus e CNIS realizada nesta data não se verifica nova filiação do autor, porém consta que houve concessão de benefícios por incapacidade em 2004 e 2005, já cessados. Realizada perícia médica com especialista em ortopedia e traumatologia (ev. 18), o especialista afirmou que o autor apresenta necrose de cabeça do fêmur esquerdo e apresenta incapacidade total e temporária para qualquer atividade laborativa desde junho de 2013. **Constata-se, portanto, que quando da eclosão da incapacidade a parte autora não mais detinha qualidade de segurada, já que o auxílio-acidente não enseja a manutenção da qualidade de segurado uma vez que este benefício não é substitutivo da renda do trabalhador, mas indenizatório.**"⁷⁷

Assim, conclui-se que o segurado que se encontra no período de graça⁷⁸, tem o direito de requerer qualquer benefício ou serviço da Previdência Social, pois está amparado pelo art. 15 da Lei Federal nº. 8.213/91.

Conforme mencionado alhures, o período de graça não é ilimitado, muito menos irrestrito. Para que o segurado possa ter a cobertura total da Previdência, ainda que não esteja contribuindo, se faz necessário o preenchimento dos requisitos elencados no dispositivo do período de graça, art. 15 da Lei de Planos de Benefícios. O prazo máximo previsto no dispositivo é de 36 (trinta e seis) meses. Portanto, após essa data limite, o segurado perderá

⁷⁶ TRF-1 - AC: 654331920094019199, Relator: JUIZ FEDERAL CLEBERSON JOSÉ ROCHA (CONV.), Data de Julgamento: 30/07/2014, SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: 18/08/2014.

⁷⁷ TRF-4 - APELREEX 0006412-46.2015.404.9999, D.E. 11/05/2016. Relator: Des. Federal JOÃO BATISTA PINTO SILVEIRA. Apelante. INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS. Apelado: FRANCISCO DOS SANTOS GODOI.

⁷⁸ O prazo de período de graça é variável entre 3 (três) meses a 3 (três) anos.

seu *status* e não poderá solicitar outro benefício da Previdência Social, salvo se retornar a contribuir para o INSS.

Caso o segurado, após o limite de período de graça, não verta mais contribuições, perderá sua qualidade de segurado, mesmo que continue recebendo o auxílio-acidente - que não será prejudicado com a perda do *status* - e não poderá solicitar qualquer outro benefício da Previdência, quicá instituir pensão por morte para os seus dependentes.

Isto porque não é razoável compreender que o período de graça é inacabável. Se o segurado com redução da capacidade laborativa, em gozo de auxílio-acidente, não retorna ao mercado de trabalho, após o período de graça, encerra seu período de graça, portanto não deixará pensão por morte ao falecer.

Cabe esclarecer que existem dois prismas, o primeiro é o segurado beneficiário de auxílio-acidente que falece dentro do período de graça, o segundo, é quando o beneficiário do auxílio-acidente, após o tempo estimado para período de graça, falece.

Na primeira hipótese, não há que se discutir que o beneficiário de auxílio-acidente, mantinha sua qualidade de segurado, pois encontrava-se dentro do período de graça, seja de 3 (três) meses ou de 3 (três) anos. Portanto, instituiria legalmente a pensão por morte aos seus dependentes.

Já no segundo caso, o beneficiário de auxílio-acidente encontra-se fora do período de graça, logo, não ostentando mais a qualidade de segurado. Em razão disso, não seria autorizada a instituição da pensão por morte aos seus dependentes.

Neste seguimento, assimila o Tribunal Regional Federal da 4ª Região e a 7ª Câmara Cível do Paraná, na orientação de que o art. 15, I da Lei nº. 8.213/91 não se estende ao benefício de auxílio-acidente, isto porque a referida norma tem o intento de proteger aqueles amparados de benefícios substitutivos de renda mensal, em virtude da impossibilidade de contribuir para com a previdência.

BRASIL. AUXÍLIO-DOENÇA. PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. AUXÍLIO-ACIDENTE. MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO DURANTE O PERÍODO DE SUA PERCEPÇÃO. INOCORRÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO. 1.1 A norma do art. 15, I, da LEI nº. 8.213/91, segundo a qual permanece segurado, sem limite de prazo, aquele que perceba benefício previdenciário, não pode ser estendida ao auxílio-acidente. Visa a referida norma à proteção daqueles que, percebendo benefício do auxílio-acidente, dada sua natureza indenizatória, e cuja proteção, ademais, por si só, não faz presumir a impossibilidade do exercício de trabalho remunerado e, pois, a existência de incapacidade contributiva. 2.2 De idêntica maneira, e pelos mesmos motivos não mantém a qualidade de segurado o beneficiário do extinto auxílio-suplementar, pelo só fato de percebê-lo. 3. Constatado que o autor não mantinha mais a qualidade de segurado quando do início da incapacidade, é indevida a concessão do auxílio-doença. 4. Recurso do autor desprovido. (TRF4, RCI 2008.70.65.001351-8, Primeira Turma Recursal do PR, Relator Leonardo Castanho Mendes, julgado em 07/01/2010).

BRASIL. APELAÇÃO CÍVEL - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - PEDIDO DE CONVERSÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - DEMANDA JULGADA IMPROCEDENTE ANTE A PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADA - MANUTENÇÃO DA CONDIÇÃO DE SEGURADA PELA PERCEPÇÃO DO BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-ACIDENTE - INTELIGÊNCIA DO ART. 15, INCISO I E § 3º, DA LEI 8.213/91 E DO ART. 10, INCISO I, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 45 - INSS/PRES - SEQUELA EM PUNHO E MÃO ESQUERDOS DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRABALHO TÍPICO - LESÕES DESENCADEADAS, COM O PASSAR DO TEMPO, POR SOBRECARGA, NO MEMBRO SUPERIOR DIREITO - TEORIA DA CONCAUSA - INCAPACIDADE TOTAL E PERMANENTE DEVIDAMENTE COMPROVADA A PARTIR DE 4.3.2011 - PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS - PLEITO DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA ENTRE 4.7.2008 E 4.3.2011 - NÃO COMPROVAÇÃO DA INCAPACIDADE DURANTE ESSE PERÍODO - APELO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.⁷⁹

BRASIL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR URBANO. MARCENEIRO. CONDIÇÕES DESCONHECIDAS. BENEFICIÁRIO DE AUXÍLIO ACIDENTE DESDE 1979. CARÁTER INDENIZATÓRIO. IRRELEVÂNCIA PARA MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DE SEGURADO INDEPENDENTE. CARÊNCIA NÃO CUMPRIDA. CONTRIBUIÇÕES NÃO COMPROVADAS. PROVAS EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAIS. FILIAÇÃO AO RGPS ANTES DE 24/07/1991. REGRA DE TRANSIÇÃO DO ART. 142 DA LEI 8.213/91. ARTIGO 25 DA LEI DE BENEFÍCIOS. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. PEDIDO IMPROCEDENTE. CONDENAÇÃO EM CUSTAS E VERBAS HONORÁRIAS. § 4º DO ARTIGO 20 DO CPC. 1 - O autor alegou exercer a profissão de marceneiro, mas não comprovou em quais condições a desempenhou; se como empregado ou como autônomo. O fato de ser beneficiário de auxílio acidente desde 1979, prestação de caráter indenizatório, não quer dizer que tem obrigatoriamente mantida a sua qualidade de segurado. 2 - O benefício de aposentadoria por idade é devido se preenchidos os requisitos da idade mínima, que para homem é de 65 anos e para a mulher, 60 anos, e o período de carência em conformidade com a regra de transição prevista no art. 142 da Lei n. 8.213/91. O Apelante completou 65 (sessenta e cinco) anos em 25.12.1996 (certidão de fls. 10),

⁷⁹ TJ-PR 9054522 PR 905452-2 (Acórdão), Relator: Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira, Data de Julgamento: 09/10/2012, 7ª Câmara Cível. <https://tj-pr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22620469/9054522-pr-905452-2-acordao-tjpr/inteiro-teor-22620470?ref=juris-tabs>

pelo que se lhe são exigidas 90 contribuições mensais. 3 - A efetiva contribuição a Previdência Social não foi devidamente comprovada, sendo obrigatória a produção de prova material, o que não ocorreu no presente caso, tendo em vista a necessidade de demonstrar as contribuições devidamente efetuadas ou o vínculo de emprego, por tal meio prova.⁸⁰

A segunda corrente compreende que a percepção de benefício de auxílio-acidente não enseja a manutenção da qualidade de segurado, em razão do seu caráter indenizatório.

“A *mens legis* não seria no sentido de permitir a manutenção da qualidade de segurado, uma vez que não têm o condão de substituir a remuneração, sendo mero complemento desta, e não impedem o exercício de atividade laborativa pelo segurado, diversamente do auxílio-doença e aposentadoria por invalidez”⁸¹.

Essa corrente compreende a razoabilidade na interpretação da legislação no sentido lógico do prisma da Seguridade Social e suas características. Através dessa concepção pode-se garantir que não haverá uma “vantagem indevida” para o beneficiário de auxílio-acidente, findado o período de graça. Como por exemplo, instituir a pensão por morte aos seus dependentes, mesmo que encerrado o período de graça.

Seguindo essa lógica, cita-se o seguinte julgado:

BRASIL. TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. PROCESSO nº 2005.72.95.003140-2 – RECURSO CONTRA SENTENÇA Relator: Juiz Federal João Batista Lazzari Recorrente: Pedro Hinckel Recorrido: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. EMENTA. PREVIDENCIÁRIO. JEF. **PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO. PERCEPÇÃO DE AUXÍLIO SUPLEMENTAR POR ACIDENTE DO TRABALHO. PEDIDO DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA.**

⁸⁰ Precedente: TRF, 1ª Região, 1ª Turma, AC 2006.01.99.042311-2. MT Juiz Federal Miguel Ângelo Alvarenga Lopes(conv), DJ. 19/03/2007, p. 66. 4 - Em face do não preenchimento das condições essenciais da Lei, é de ser modificada a sentença para julgar improcedente o pedido de concessão da aposentadoria por idade. 5 - Custas devidas pela parte Autora. Honorários advocatícios que fixo em R\$ 200,00 (duzentos) reais, em consonância com o § 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil, suspensas em razão da assistência judiciária gratuita. 6 - Apelação e Remessa Oficial providas. Sentença reformada. AC 200001991115830 AC - APELAÇÃO CÍVEL – 200001991115830- JUIZ FEDERAL ITELMAR RAYDAN EVANGELISTA (CONV.) - TRF1- PRIMEIRA TURMA - e-DJF1 DATA: 26/02/2008 p.38.

⁸¹ BRASIL. Justiça Federal disponível em: <<http://www.cjf.jus.br/cjf/noticias/2016-1/junho/qualidade-de-segurado-do-inss-deve-ser-mantida-em-periodos-de-recebimento-de-beneficios-indenizatorios>>. Acesso em 30 de julho de 2017.

IMPROCEDÊNCIA. I – O recebimento de auxílio suplementar por acidente do trabalho não mantém a qualidade de segurado, por não ser substitutivo do salário de contribuição, haja vista seu caráter indenizatório pela redução da força produtiva. II – Acórdão que nega provimento ao Recurso Inominado para manter a sentença que julgou improcedente o pedido de concessão de auxílio-doença, tendo em vista a perda da qualidade de segurado, não obstante a percepção de auxílio suplementar por acidente do trabalho. ACÓRDÃO. Acordam os Juizes da Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, à unanimidade, nos termos do art. 46 da Lei nº. 9.099/95 c/c o art. 1º da Lei nº. 10.259/01, em negar provimento ao recurso e confirmar a sentença por seus próprios fundamentos. Acordam, ainda, à unanimidade, em condenar a parte Recorrente ao pagamento de honorários advocatícios (art. 55 da Lei nº. 9.099/95 c/c o art. 1º da Lei nº. 10.259/01), fixados em R\$ 520,00 (quinhentos e vinte reais), sobrestada a sua execução até a modificação favorável de sua situação econômica. Sala de Sessões da Turma Recursal. Florianópolis (SC), 20 de abril de 2005. João Batista Lazzari Juiz Federal.”⁸²

Portanto, é coerente a interpretação do artigo 15, inciso I, no sentido de que não há de se falar em concessão de pensão por morte decorrente de óbito de beneficiário de auxílio-acidente que esteja fora do período de graça.

Conforme dito na introdução, no que tange às características da Previdência Social, não é ponderado que haja a concessão de pensão por morte aos dependentes do beneficiário de auxílio-acidente fora do período de graça, pois isto iria contra o princípio basilar da solidariedade. Ora pois, como seria possível ser solidário no caso de um segurado que encontra-se fora do período de graça percebendo auxílio-acidente e não vertendo mais contribuições, instituir pensão por morte ou qualquer outro benefício.

Nesse sentido, entende-se que o limite legal dado pelo período de graça deve ser respeitado, e que findado este prazo, o beneficiário **não** mantém a qualidade de segurado, portanto não podendo constituir pensão por morte ou pleitear qualquer outro novo benefício.

Justo posto, a qualidade de segurado é critério *sine qua non* para constituir benefício de pensão por morte. Caíndo por terra qualquer argumento posto para que o artigo 15, inciso I, da Lei de Benefícios, seja interpretado de forma desacertada. Também não é ponderável a justificativa do vácuo legal do art. 15, I, da LBPS, para a concessão de outros benefícios.

⁸² TRF-4 - RECURSO CÍVEL: 50003619120124047200 SC 5000361-91.2012.404.7200, Relator: MARCUS HOLZ, Data de Julgamento: 13/11/2012, PRIMEIRA TURMA RECURSAL DE SC.

BRASIL. REEXAME NECESSÁRIO E RECURSO VOLUNTÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. **CONVERSÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ.** PROCEDÊNCIA EM PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO. IRRESIGNAÇÃO DA AUTARQUIA. AMPUTAÇÃO DO ANTEBRAÇO DIREITO. INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE ATESTADA PELO PERITO OFICIAL. **REQUISITOS PARA APOSENTADORIA NÃO DEMONSTRADOS.** AUXÍLIO-ACIDENTE QUE SE MOSTRA MAIS ADEQUADO AO CASO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO. "Apesar de comprovado o acidente de trabalho em que o segurado sofreu amputação parcial do braço direito, atestado pela perícia médica que dele não resultou incapacidade para toda e qualquer atividade, não é devida a conversão do auxílio-acidente, que recebe, em aposentadoria por invalidez". (Apelação Cível n. 2013.055680-6, de Caçador, rel. Des. Jaime Ramos, j. 24.10.2013) Muito embora o nexo causal tenha sido categoricamente demonstrado nos autos, tanto pela perícia judicial, quanto pelo INSS que concedeu, inclusive, o benefício de auxílio-acidente, a incapacidade total e permanente do obreiro, para toda e qualquer atividade laboral, não restou comprovada pela prova técnica, e também não se sustenta quando confrontada com o documento de fl. 37, que comprova que após o acidente de trabalho o autor manteve vínculo empregatício com outras empresas. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ISENÇÃO DO SEGURADO. EXEGESE DO ART. 129, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 8.213/91, ART. 35, E, DA LCE 156/97, E SÚMULA 110 - STJ. Ao pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios deve ser dispensado o demandante, por estar contemplado pela isenção de que trata o art. 129, parágrafo único, da Lei 8.213/91, art. 35, e, da LCE 156/97, e Súmula 110 do STJ.⁸³

CONCLUSÃO

O auxílio-acidente tem como objetivo amparar os segurados da Previdência Social de forma indenizatória. O benefício é concedido aos segurados que sofreram qualquer tipo de acidente em que seja consolidada a redução parcial da capacidade. O intuito principal da Previdência Social é indenizar o trabalhador pela redução da capacidade laborativa e garantir a equiparação da perda financeira presumida do seu salário mantendo o custo de vida anterior ao acidente que resultou na perda da capacidade.

O benefício em foco se diferencia de outros auxílios previdenciários por sua natureza intrínseca indenizatória. Admitindo a percepção do auxílio-acidente em conjunto com o recebimento do vencimento pelo trabalhador empregado.

⁸³ TJ-SC - AC: 20140301644 SC 2014.030164-4 (Acórdão), Relator: Sérgio Roberto Baasch Luz, Data de Julgamento: 10/11/2014, Segunda Câmara de Direito Público Julgado.

Devido ao caráter indenizatório não há de se falar na manutenção da qualidade do segurado do beneficiário de auxílio-acidente que esteja fora do período de graça. Portanto, conclui-se de maneira lógica, que não é prudente o entendimento majoritário dos Tribunais em reforçar a manutenção de segurado para concessão de pensão por morte em virtude de beneficiário de auxílio-acidente ultrapassado o período de graça.

“No caso de auxílio-acidente, como ele é encerrado com o óbito do segurado (art. 86, § 1º, da LB) e o seu recebimento pressupõe que o trabalhador ainda possuía capacidade laborativa, embora reduzida, não há, segundo entendemos, como transformá-lo em pensão.”⁸⁴

Dado o exposto, deve-se atentar para o impacto do entendimento majoritário acerca da manutenção da qualidade de segurado do beneficiário do auxílio-acidente. É notório o reflexo negativo dessa compreensão para a Previdência Social.

Na linha de argumentação para o entendimento majoritário dos Tribunais está a interpretação genérica e literal do inciso I do artigo 15 da Lei de Benefícios, que não elenca de forma taxativa os benefícios que compõem este inciso. Abrindo margem para que um trabalhador assalariado possa instituir desde cedo auxílio-acidente e, tão somente, devido a este auxílio manter a sua qualidade de segurado. Tal lógica não condiz com o cerne da Previdência Social e vai diretamente de encontro aos princípios basilares da instituição.

Portanto a interpretação abrangente do inciso I, do artigo 15 da Lei de Benefícios, enseja o desvio da natureza jurídica da proteção do segurado que encontra-se afastado do mercado de trabalho, sem condições de retorno.

Em que pese, o indivíduo está aferindo o benefício de auxílio-acidente, não justifica, por si só, após o seu óbito, a instituição da pensão por morte aos seus dependentes. É preciso que o *de cujus* detenha a qualidade de segurado em vida. Isto é, ou ele mantinha a qualidade de segurado porque vertia contribuição mensal ao INSS, ou ele encontrava-se no período de graça - observado o limite de 3 (três) anos. Não sendo essas as hipóteses, o falecido, ainda que recebesse auxílio-acidente, não ostentava a qualidade de segurado. Portanto, não preenche o

⁸⁴ DUARTE, Marina Vasques. **Direito previdenciário**. 4ª ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2005. p. 55.

primeiro requisito para a concessão de pensão por morte aos seus dependentes, qual seja: ter qualidade de segurado.

Por fim, observa-se que essa conclusão se dá, obviamente, pelo fato de que a proteção citada no inciso I, art. 15 da Lei nº. 8.213/91, abrange apenas, de forma implícita, os benefícios substitutivos de renda.

Nessa mesma lógica de raciocínio, de forma velada o dispositivo supracitado não engloba o benefício de caráter indenizatório. Ademais, a verificação dessa lógica razoável fica explicitada no entendimento direto dos tópicos relacionados nesta pesquisa.

BRASIL. TRF-2. 8ª Turma Recursal. Processo nº 0016921-55.2013.4.02.5151 (2013.51.51.016921-5). Juiz Federal: EDUARDO SOUSA DANTAS Autor: NILSON CORREIA ALVES. Réu: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. “(...) verifica-se que a parte autora é beneficiária do Auxílio suplementar acidente de trabalho/Auxílio acidente, desde novembro/1985 (fl. 65). Verifica-se, ainda, que seu último vínculo empregatício foi mantido até 30/08/1987 (Sequência 006, fl. 60).

Assim, não se pode concluir pela manutenção da qualidade de segurado da parte autora considerando-se seu último vínculo empregatício. Resta, então, analisar se, pela sua natureza, o benefício do auxílio-acidente confere ao seu beneficiário a qualidade de segurado necessário à concessão do auxílio-saúde pleiteado.

Entende-se que o recebimento do auxílio-acidente não tem o condão de fazer manter a qualidade de segurado. Dispõe o art. 15 I da Lei 8.213/91 que mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições, sem limite de prazo, quem está em gozo de benefício. A exegese que se faz é que esse benefício é aquele que substitua salário, categoria em que não se enquadra o auxílio-acidente, haja vista seu caráter indenizatório.

De fato, o benefício de auxílio-acidente tem natureza meramente indenizatória e não previdenciária, sendo devido em razão de acidente de trabalho que implique redução da capacidade laborativa, nos termos do art. 86 da Lei 8.213/91. Tal benefício, uma vez que cumulável com o desempenho de atividade laborativa, não se presta a substituir o salário de contribuição, do qual decorreria a manutenção da qualidade de segurado.

Salienta-se, ainda, que durante quase todo o período em que a parte autora esteve em gozo do retromencionado benefício, houve apenas pequeno período contributivo ao RGPS, tendo sido a última contribuição em agosto/1987 (fl. 60).

Há inclusive orientação de Tribunais Regionais Federais no sentido de que considerar mantida a qualidade de segurado seria contrariar toda a lógica previdenciária de manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial e da respectiva fonte de custeio para cada benefício.

(...)

Portanto, ao conjugar a conclusão apresentada no laudo pericial com os documentos apresentados pelas partes, não restou comprovada a qualidade de segurado da parte autora, à data de início da incapacidade, devendo o pedido ser julgado improcedente.

Ante o exposto, e com base na fundamentação supra, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, na forma do artigo 269, I, CPC.”⁸⁵

Embora o legislador não tenha feito distinção entre os benefícios previdenciários e elencados quais poderiam possibilitar a manutenção da qualidade de segurado independente do tempo e de contribuição, os operadores do direito devem fazer uma conjugação da norma com os princípios.

Assim, não é razoável que se entenda que o recebimento do auxílio-acidente, meramente, acarrete a manutenção da qualidade de segurado, pois além de não ter natureza jurídica substitutiva de renda, é permitido a cumulação com a remuneração e, o beneficiário não se encontra incapacitado para o labor de atividades remuneratórias.

Isto porque o Seguro Social é baseado no princípio da solidariedade, ou seja, a responsabilidade de um indivíduo com a coletividade. Caso esse cidadão seja acometido de alguma contingência social, não poderia pleitear qualquer outro benefício, nem serviço, da Previdência Social. Assim, como se viesse a óbito, não constituiria pensão por morte aos seus dependentes.

A razão disso é que o sistema solidário, protetivo, do RGPS tem a responsabilidade de amparar os seus segurados nas vicissitudes. Quando um de seus segurados fica incapacitado, tem por obrigação ampará-lo. Então, se um segurado fica anos em gozo de auxílio-acidente e não retorna ao mercado de trabalho, podendo fazê-lo, pois não apenas está com redução de capacidade laborativa, gera grandes despesas aos cofres públicos.

Logo entende-se que uma interpretação que busque a razoabilidade é necessária para aplicação desta e de qualquer outra legislação vigente.

⁸⁵ Processo nº 0016921-55.2013.4.02.5151 (2013.51.51.016921-5). Juiz Federal: EDUARDO SOUSA DANTAS. Autor: NILSON CORREIA ALVES. Réu: INSS-INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. Data do Julgamento: 08/01/2014.

Fica exposto, então, a necessidade da criação de uma norma que introduza um rol taxativo para evidenciar quais os benefícios tratados no inciso I, artigo 15 da Lei de Benefícios. Com visto de esclarecer e encerrar a interpretação desarrazoável seguida majoritariamente, devida exclusivamente pela falta de tato que teve o legislador no momento de editar o dispositivo deste artigo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo. **Comentários à Lei de Benefícios da Previdência Social**: Lei nº. 8.213, de 24 de julho de 1991. 14ª ed. rev., atual. e ampl. - São Paulo, Atlas, 2016.

CASTRO, Carlos Alberto de. **Manual de direito Previdenciário**. por Carlos Alberto Pereira de Castro, João Batista Lazzari. 19ª ed. rev., e ampl. - Rio de Janeiro: Forense, 2016.

NORBIM, Luciano Dalvi. **A Nova Previdência Social Comentada**: explicada e destacada. 1ª ed. Campo Grande: Contemplan, 2016. p. 503.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. **Curso de Direito Previdenciário**. 16ª ed. - Rio de Janeiro: Impetus, 2011.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da Seguridade Social**. 17ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Curso de Direito Previdenciário**. 4ª ed. - São Paulo: LTr, 2011.

GOES, Hugo Medeiros de. **Manual de Direito Previdenciário**. 2ª ed. rev. e atualizada. - Rio de Janeiro: Ed. Ferreira, 2008.

TAVARES, Marcelo Leonardo. **Direito Previdenciário**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris.

RIBEIRO, Julio Cesar Garcia. **A Previdência Social do Regime Geral na Constituição Brasileira**: A Reforma Implementada pela Emenda nº20/98 e os novos rumos. por Julio Cesar Garcia Ribeiro. São Paulo: LTr, 2001.

FARO, Clovis de. Castro, Hélio Portocarrero de. **Previdência Social no Brasil: Diagnósticos e Sugestões de Reforma**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1993.

DUARTE, Marina Vasques. **Direito previdenciário**. 4ª ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2005. p. 54.

HORVATH JÚNIOR, Miguel. **Direito Previdenciário**. 7ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2008. p. 178.

DIAS, Eduardo Rocha; MACÊDO; José Leandro Monteiro de. **Curso de Direito Previdenciário**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2012. E-book.

SANTORO, José Jayme de Souza. **Manual de Direito Previdenciário**. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora. Disponível em: <
<http://www.cesarkallas.net/arquivos/livros/direito/00326%20-%20Manual%20de%20Direito%20Previdenci%Elrio.pdf>>. Acesso em 29 de maio de 2017.

Serra e Gurgel, JB, FUNPREV Fundação ANASPS, 2007, **Evolução da Previdência Social**.

FONSECA, David Melquiades da. Auxílio-acidente: Carência, Tempo de Contribuição e Perda da Qualidade de Segurado. **Instituto de Estudos Previdenciários**, Belo Horizonte, ano 9, n. 336, 7 fev. 2015. Disponível em: <<http://qualidade.ieprev.com.br/conteudo/id/37076/t/a-percepcao-do-auxilio-acidente-e-seus-e-feitos-na-carencia-no-tempo-de-contribuicao-e-na-manutencao-da-qualidade-de-segurado-do-beneficiario>>. Acesso em 01 de outubro de 2017.

LEONARDO AGUIAR. **Livro de Direito Previdenciário**. Disponível em: <https://livrodireitoprevidenciario.com/filiacao_rgps/>. Acesso em 21 de setembro de 2017.

CASSIUS, Garcia. **Direito Previdenciário para Concursos**. Disponível em: <<http://cassiusgarcia.com/jurisprudencia/tnu-qualidade-de-segurado/>>. Acesso em 12 de outubro de 2017.

Velloso, Andrei Pitten. **O Falacioso Déficit da Previdência Social**. Disponível em: <<http://apafisp.org.br/2010/11/703-artigo-o-falacioso-deficit-da-previdencia-social-por-andrei-velloso-juiz-federal/>>. Acessado em 10 de setembro de 2017.

TORRES, Fabio Camacho Dell'Amore. **Seguridade Social: Conceito Constitucional e Aspectos Gerais**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XV, n. 98, mar 2012. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11212>. Acesso em 17 de abril de 2016.

VICENTE PAULA SANTOS. **Filiação Obrigatória à Previdência Social**. Disponível em: <http://www.anoregpr.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3145:filiacao-obrigatoria-a-previdencia-social&catid=45:noticias>. Acesso em 27 de setembro de 2017.

NUNES, Larissa Baldi. Monografia. Pensão por Morte: Alterações introduzidas pela Lei nº. 13.135/2015.

ROSA, Zaqueu da. **Manutenção da Condição de Segurado no Período de Graça**. Disponível em: <https://www.jurisway.org.br/V2/dhall.asp?id_dh=14288>. Acesso em 09 de outubro de 2017.

SILVA, Marcelo Rodrigues da. **Filiação e Contribuição ao Regime Geral de Previdência Social**: momento em que se inicia a cobertura previdenciária do trabalhador. *Fórum Administrativo* - FA, Belo Horizonte, ano 12, nº. 137, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.bidforum.com.br/bid/PDI0006.aspx?pdiiCntd=80188>>. Acesso em 02 de setembro de 2017.

NOBREGA, Izanete de Mello. **Auxílio-Acidente - Direito do Segurado da Previdência Social**. Portal Jurídico Investidura, Florianópolis/SC, 11 Jan. 2012. Disponível em: <<http://investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/previdenciario/216676-auxilio-acidente--direito-do-segurado-da-previdencia-social>>. Acesso em 23 de outubro de 2017.

FERNANDES, Flavio Arthur Sobrinho. **Auxílio-Acidente. Segurado Desempregado e o Gozo do Auxílio-Acidente.** Revista Jus Navigandi, ISSN, 1518-4862, Teresina, ano 14, nº. 2284. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/13610/auxilio-acidente>>. Acesso em 12 de junho

GUILHEM, Marisangela Caminero. BRIANCINI, Valkiria. **As Alterações na Legislação do Benefício da Pensão por Morte e Seus Reflexos.** Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v20n2p515-531>>. Acesso em 02 de março de 2017.

LIMA, Henrique. **Previdência Social (INSS): Auxílio-Acidente.** Disponível em: <https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=1081>. Acesso em 23 de agosto de 2017.

CHEHOUD, Verônica Caminoto. **Aspectos Práticos do Auxílio-Acidente.** Disponível em: <<https://vecaminotto.jusbrasil.com.br/artigos/167710998/aspectos-praticos-do-auxilio-acident>>. Acesso em 20 de julho de 2017.

COSTA, Eliane Romeiro; SILVA, Germano Campos. **Filiação Previdenciária - Uma análise de Seus Desdobramentos no Âmbito dos Regimes Constitucionais Previdenciários.** Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1208>. Acesso em 3 de abril de 2017.

CAMPANHOLI, Michelli Azanha; GOUVEIA, Carlos Alberto Vieira de. **Principais Alterações na Pensão por Morte no Regime Geral da Previdência Social.** Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=17759>. Acesso 4 de maio de 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa.** Brasília, Senado Federal, 2014.

BRASIL. Lei nº. 8.213/1991, de 24 de julho de 1991. **Planos de Benefícios da Previdência Social.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em 6 de fevereiro de 2017.

BRASIL. Lei nº. 13.135/2015, de 17 de junho de 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13135.htm>. Acesso em 8 de março de 2017.

BRASIL. Medida Provisória nº. 664, de 30 de dezembro de 2014 - Exposição de motivos. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2014/medidaprovisoria-663-30-dezembro-2014-779852-exposicaodemotivos-145823-pe.html>>. Acesso em 18 d maio de 2017.

BRASIL. **Regime Geral da Previdência Social.** Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/perguntas-frequentes/regime-geral-rgps/>>. Acesso em 9 de agosto de 2017.